



demonstrações financeiras completas individuais e consolidadas

exercício de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2025

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES (SFB), relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

A economia brasileira encerrou 2025 demonstrando resiliência frente ao protecionismo global e ao ciclo de cortes do *FED - Federal Reserve*, com o PIB consolidando alta de 2,26%. Internamente, o país viveu o paradoxo de um mercado de trabalho aquecido (5,2% de desocupação) sob uma Selic restritiva em 15,0%, o que permitiu ao IPCA (4,26%) fechar o ano dentro do intervalo da meta. No setor bancário, a adequação à Resolução CMN nº 4.966/21 reforçou provisões frente a uma inadimplência total de 4,1%. O ponto de atenção reside no segmento de pessoas físicas, cujo salto para 5,0% evidencia orçamentos familiares no limite, exigindo cautela na concessão de crédito ao varejo, enquanto a inadimplência de empresas permaneceu estável em 2,5%.

No âmbito sistêmico, o crédito ampliado atingiu recordes, impulsionado pela dívida pública e linhas corporativas. O Espírito Santo destacou-se com expansão do PIB de 3,0% (até setembro), superando a média nacional e alcançando o valor histórico de R\$ 242 bilhões, ancorado pela agropecuária e indústria extrativa. Contudo, esse aquecimento e a pressão em preços administrados — como o salto de 17,5% na energia elétrica — levaram a Grande Vitória ao maior IPCA do país (4,99%). No comércio exterior, o estado consolidou sua força com US\$ 3,2 bilhões em exportações agropecuárias, lideradas pelo café conilon. Sustentado pelo Rating A+ e por uma governança fiscal de excelência, o Espírito Santo posiciona-se como um *hub* de alta solvência, com investimentos projetados em R\$ 104,3 bilhões até 2030 nos setores de infraestrutura, metalurgia e energia.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES é uma instituição consolidada, com forte compromisso com a sustentabilidade empresarial. Sua atuação é pautada por três pilares essenciais para o mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. O Banco cumpre sua função econômica e social, apoiando clientes e a sociedade capixaba através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a preço justo, serviços, atendimento e parcerias.

✓ O Lucro Líquido alcançou R\$ 109 milhões no 4T2025, recuo de 18,1% em comparação ao mesmo período de 2024 e uma leve retração de 1,5% em relação ao trimestre anterior. Já no conceito Lucro Líquido Recorrente houve uma queda em menor intensidade (-5,0%) contra o 4T2024¹. No acumulado do ano, atingiu R\$ 413 milhões (+5,3% em 12 meses) que corresponde a R\$ 1,19 por ação, Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio (ROE)² de 17,3% e Retorno sobre o Ativo Total médio (ROA)³ de 1,1%;

¹ Em dezembro de 2024 - alienação de imóveis próprios cujo resultado foi de R\$ 33 milhões, ambos em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

² Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de dezembro de 2025 e de dezembro de 2024.

³ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de dezembro de 2025 e de dezembro de 2024.

- ✓ O Faturamento⁴ no trimestre atingiu R\$ 1,7 bilhão (+24,2% em 12 meses e estável em 3 meses), enquanto no acumulado do ano totalizou R\$ 6,2 bilhões, um crescimento de 16,6% em comparação ao mesmo período de 2024. A Margem Financeira Líquida⁵ alcançou R\$ 1,4 bilhão no acumulado do ano (+11,1% em 12 meses). Na mesma comparação, o Resultado Operacional atingiu R\$ 653 milhões (+9,9% em 12 meses); o Índice de Eficiência Operacional⁶ foi de 51,1% e a Eficiência Operacional Ajustada ao Risco⁷ atingiu 56,5%;
- ✓ Foram destinados aos acionistas R\$ 132 milhões a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e dividendos no 4T2025. No acumulado do exercício de 2025, o montante contabilizado atingiu R\$ 237 milhões, o que representa uma *payout* de 57,3% do lucro líquido do período;
- ✓ O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 2,4 bilhões, aumento de 2,3% quando comparado ao mesmo período de 2024, e recuo de 1,3% em relação à posição de setembro de 2025. A relação Patrimônio Líquido e Ativo Total foi de 6,1%. O Índice de Basileia alcançou 14,3%, composto integralmente de capital nível I;
- ✓ Os Recursos de Terceiros Captados e Administrados totalizaram R\$ 44,2 bilhões, consolidando uma expansão de 9,4% em doze meses e +1,2% contra o trimestre anterior. Este desempenho reflete a solidez das captações estruturadas, com destaque para o avanço expressivo em depósitos judiciais (+19,4% em 12 meses), fundos de investimento (+17,3% em 12 meses) e depósitos a prazo⁸ (+3,0% em 12 meses). Estes segmentos, somados às operações de mercado aberto (+8,5% em 12 meses), sustentaram cerca de três quartos da expansão orgânica de nossa base de recursos no ano;
- ✓ Recursos Aplicados (Ativo Total) encerraram o período em R\$ 39,8 bilhões, uma expansão de 7,6% em doze meses e +1,4% em três meses. Esse crescimento é reflexo direto da performance positiva das operações de crédito, que avançaram 7,3% somada à estratégia de liquidez que elevou os recursos em tesouraria em 4,7% no mesmo período;
- ✓ A Carteira de Crédito Ampliada⁹ encerrou dezembro de 2025 em R\$ 15,1 bilhões, registrando alta de 3,0% em doze meses. O destaque foi a carteira de crédito comercial, que cresceu 8,2% no período, somando R\$ 12,7 bilhões. O desempenho reflete a estratégia da Instituição de priorizar ativos de menor risco e manter uma política de concessão rigorosa;
- ✓ O Índice de Inadimplência (atrasos acima de 90 dias) da carteira de crédito comercial se elevou durante o ano de 2025, atingindo em dezembro o patamar de 2,3% (+0,3 p.p. contra 4T2024); ainda assim um patamar controlado e aderente às expectativas do mercado bancário e financeiro. No conceito Ampliado, o índice foi de 1,9%. A provisão para crédito gerada nos últimos doze meses representou 1,2% do total da Carteira de Crédito Ampliada;
- ✓ A solidez financeira do Banestes é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. Em 2025, a *Fitch Ratings* reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(br)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a *Moody's Local Brasil* atribuiu ao Banestes o rating de emissor 'AA.br', com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da instituição no cenário regional;
- ✓ As receitas com Prestação de Serviços e Tarifas alcançaram R\$ 103 milhões no 4T2025 (+7,0% em 12 meses e +4,7% em 3 meses). No acumulado do ano, essas receitas totalizaram R\$ 385 milhões, uma expansão de 5,9% em

⁴ Total das receitas com a intermediação financeira, com a prestação de serviços e tarifas e com prêmios retidos de seguros, previdência e capitalização.

⁵ Refere-se ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira.

⁶ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira (excluído provisão para créditos de liquidação duvidosa).

⁷ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira.

⁸ Total de depósitos a prazo e depósitos extrajudiciais.

⁹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito BACEN), de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, letras financeiras, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, letras de crédito imobiliário e FIDCs - fundos de investimento em direitos creditórios) e garantias prestadas (avais e fianças).

comparação ao ano 2024. Esse desempenho é reflexo do aumento das receitas com Cartões (+7,3% em 12 meses) e com Comissões em Comercialização e Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização (+43,9% em 12 meses);

✓ A Base de Relacionamento encerrou dezembro de 2025 com 1.446.812 clientes, uma expansão de 2,5% em doze meses. Esse desempenho foi sustentado pelo crescimento de 2,5% no segmento pessoas físicas (1.363.011) e pela evolução de 3,6% no segmento de pessoas jurídicas (83.801). Paralelamente, o número de contas correntes subiu 3,8%, atingindo 1.073.830 contas, enquanto as contas de poupança registraram um incremento moderado de 0,9%, totalizando 657.445 contas no período; e

✓ Como reconhecimento da sua estratégia sustentável de negócios, resultados e governança corporativa, o BANESTES é citado positivamente por revistas e publicações especializadas dos setores empresarial, bancário e financeiro, das quais se destaca:

Edição 2025 do Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas no Espírito Santo:

3º lugar na categoria maiores grupos empresariais;

3º lugar na categoria maiores ativos;

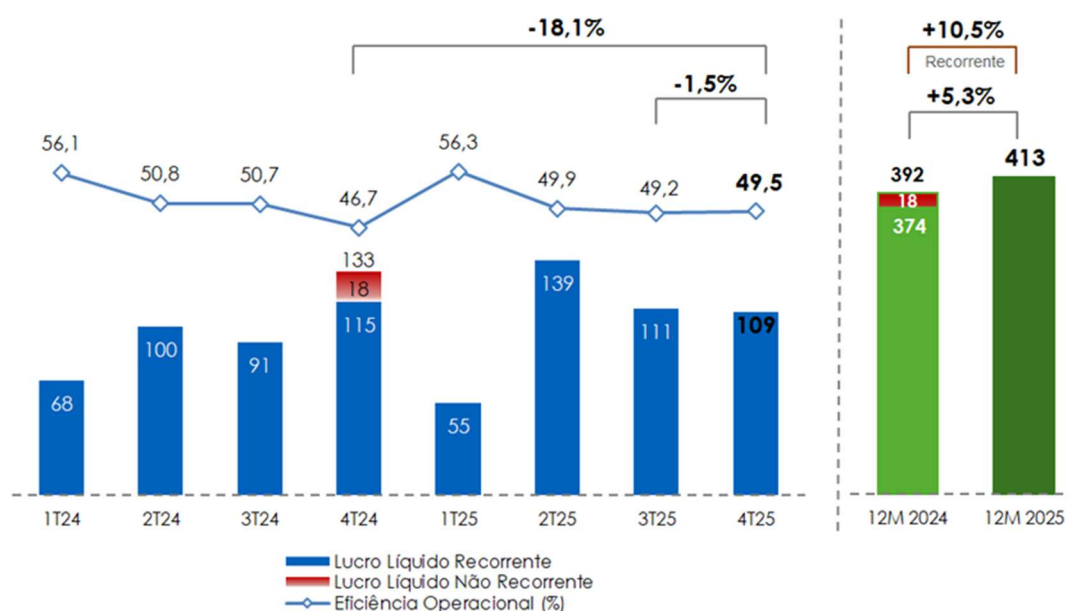
5º lugar na categoria maior patrimônio líquido;

6º lugar na categoria mais lucrativas;

8º lugar na categoria maior empregadora; e

9º lugar na categoria maiores empresas do Espírito Santo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO



No 4T2025, o Banestes registrou Lucro Líquido de R\$ 109 milhões, apresentando retração anual de 18,1% contra o mesmo período de 2024 e estabilidade em relação ao trimestre anterior. Embora o Banco tenha demonstrado forte tração operacional — com expansão nas receitas de crédito (+20,4% em 12 meses e +2,3% em 3 meses), de serviços (+7,0% em 12 meses e +4,7% em 3 meses) e de seguridade¹⁰ (+4,5% em 12 meses e +2,5% em 3 meses), e um desempenho excepcional na tesouraria (+32,8% em 12 meses e -1,6% em 3 meses) — o resultado foi pressionado pelo custo de *funding* (+40,2% em 12 meses e -2,1% em 3 meses) e pelo reajuste das despesas administrativas e de

¹⁰Trata-se do total dos prêmios retidos, das variações de provisões técnicas, dos sinistros retidos, das despesas de comercialização de seguros e do resultado líquido de resseguro.

peçoal (+9,8% em 12 meses e +4,4% em 3 meses), que comprimiram as margens no período.

Apesar dos desafios do trimestre isolado, o acumulado do ano de 2025 consolidou uma performance positiva com o Lucro Líquido atingindo R\$ 413 milhões, um avanço de 5,3% frente a 2024. Este crescimento anual foi sustentado pela robustez das operações de crédito, que evoluíram 23,9%, tesouraria 14,5%, serviços 5,9%, queda PDD 21,4% e pelo incremento de 16,6% nas operações de seguridade, evidenciando a resiliência do modelo de negócio e a capacidade de geração de valor mesmo sob condições de mercado mais restritivas.

O Faturamento no 4T2025 alcançou R\$ 1,7 bilhão, um crescimento de 24,2% em comparação ao 4T2024. No acumulado do ano, o Faturamento somou R\$ 6,2 bilhões, incremento de 16,6% em doze meses, reflexo das receitas de operações de crédito (+23,9% em 12 meses), dos prêmios de seguros (+11,0% em 12 meses) e de tesouraria (+14,5% em 12 meses). A margem financeira líquida atingiu R\$ 365 milhões no 4T2025, o que representou um crescimento de 3,9% em comparação com 4T2024. O resultado operacional do trimestre registrou um recuo de 5,6% na mesma base comparativa. No acumulado do ano, a margem financeira líquida alcançou R\$ 1,4 bilhão, com uma elevação de 11,1% contra o ano anterior. Já o resultado operacional acumulado foi de R\$ 653 milhões, apresentando um crescimento de 9,9% na mesma base de comparação. Esse desempenho consolidado reflete a resiliência do BANESTES e sua capacidade de manter e reter a lucratividade em suas operações comerciais.

O Banestes impulsionou seu desempenho operacional e rentabilidade por meio de medidas estratégicas internas cruciais. A alocação otimizada de ativos financeiros, o foco na expansão da carteira de crédito comercial e o fortalecimento do relacionamento com clientes foram essenciais. Além disso, a gestão rigorosa do risco de crédito (incluindo reestruturação de ativos), o controle eficiente de investimentos, a gestão dos custos operacionais e das despesas administrativas, bem como o posicionamento estratégico da operação de seguros, previdência e capitalização foram determinantes para o sucesso financeiro e econômico alcançado.

No segmento de seguros, previdência e capitalização, o resultado do 4T2025 atingiu, aproximadamente, R\$ 50 milhões, com altas de 4,5% em doze meses e 2,5% contra o trimestre anterior. No acumulado de 2025, o crescimento foi de 16,6%, totalizando R\$ 185 milhões, o que reforça a relevância das receitas e a importância da seguridade na composição do resultado da companhia.

As despesas administrativas (peçoal e outras) registraram R\$ 256 milhões no 4T2025, apresentando uma elevação de 9,8% em doze meses e +4,4% contra o trimestre anterior. Esse resultado foi pressionado principalmente pelas despesas de sustentação das operações bancárias e financeiras (outras despesas administrativas), que atingiram R\$ 125 milhões (+21,2% em 12 meses e +7,4% em 3 meses). Em contrapartida, as despesas com peçoal demonstraram estabilidade, somando R\$ 131 milhões (+0,9% em 12 meses e +1,7% em 3 meses). No acumulado do ano, as despesas administrativas (peçoal e outras) elevaram-se 6,4% em doze meses, alcançando R\$ 991 milhões.

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) somaram R\$ 48 milhões no 4T2025, uma redução de 4,7% em doze meses e -13,6% em relação ao 3T2025, refletindo os ajustes do modelo da Resolução CMN nº 4.966/2021. No acumulado anual, a PDD registrou queda expressiva de 21,4%, totalizando R\$ 185 milhões. O estoque total de provisões encerrou o ano em R\$ 501 milhões (+5,9% em 12 meses), mantendo-se em patamar adequado para assegurar a cobertura de riscos e a solidez do balanço.

Em suma, a eficiência orgânica do Banestes foi impulsionada pela diversificação de suas receitas, levando a atingir um índice de cobertura geral¹¹ de 38,9%. Esse desempenho reflete uma estrutura administrativa otimizada, onde a geração de receitas acessórias sustenta de forma crescente o custeio operacional, fortalecendo o foco de atuação corporativa na margem financeira líquida do Banco (core business).

Como reflexo desse desempenho, o Banestes registrou uma importante evolução em sua métrica de produtividade: o índice de eficiência operacional atingiu 51,1%. Ainda mais expressivo foi o índice de eficiência operacional ajustado ao risco, que se fixou em 56,5% — uma redução de 1,9 p.p. frente ao ano de 2024, evidenciando o êxito na estratégia

¹¹ Relação entre o total das receitas de serviços e tarifas e o total de despesas administrativas (peçoal e outras).

de otimização de alocação de ativos aliada ao rigoroso controle de risco de crédito.

Em um cenário de juros restritivos e volatilidade global, o Banestes priorizou a eficiência operacional e a disciplina de capital em 2025. A aceleração da transformação digital deixou de ser apenas uma meta para se tornar o motor de otimização de custos e melhoria da experiência do cliente. Sob rigorosos padrões de governança, a Instituição reafirma seu compromisso com a geração de valor sustentável e com o papel estratégico de fomento ao desenvolvimento regional, garantindo a perenidade dos resultados.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

O Banestes alcançou um Patrimônio Líquido de R\$ 2,4 bilhões em 31/12/2025, evolução de 2,3% em comparação ao ano de 2024. Foram destinados aos acionistas a título de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos o valor de R\$ 237 milhões, que representa 57,3% do Lucro Líquido do período. O índice de basileia apurado foi de 14,3%. Os indicadores de rentabilidade, ROE e ROA, registraram 17,3 % e 1,1%, respectivamente.

Os recursos de terceiros captados e administrados somaram R\$ 44,2 bilhões no período, elevação de 9,4% em relação à posição de 31/12/2024, distribuídos, principalmente em:

- R\$ 13,6 bilhões em depósitos a prazo¹² (+3,0% em 12 meses e +2,1% em 3 meses);
- R\$ 9,4 bilhões em captação no mercado aberto (+8,5% em 12 meses e -4,4% em 3 meses);
- R\$ 8,8 bilhões em fundos administrados (+17,3% em 12 meses e +0,7% em 3 meses);
- R\$ 4,8 bilhões em depósitos judiciais (+19,4% em 12 meses e +8,7% em 3 meses);
- R\$ 4,7 bilhões em depósitos de poupança (+1,6% em 12 meses e -0,4% em 3 meses);
- R\$ 1,3 bilhão em recursos de aceites e emissão de títulos (+14,2% em 12 meses e 14,5% em 3 meses); e
- R\$ 951 milhões em depósitos à vista (-3,3% em 12 meses e -6,9% em 3 meses).

Os recursos aplicados (Total do Ativo) contabilizaram R\$ 39,8 bilhões em 31/12/2025, elevação de 7,6% sobre a posição do mesmo período de 2024 e de 1,4% sobre a posição de 30/09/2025, compostos principalmente por:

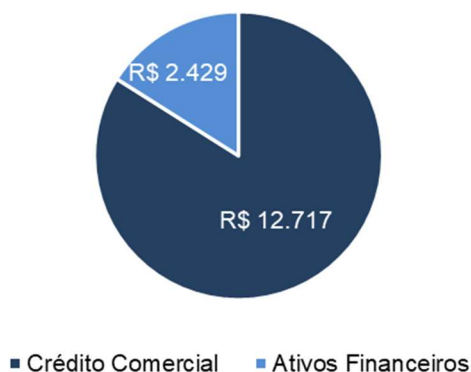
- R\$ 18,1 bilhões em títulos e valores mobiliários (-1,2% em 12 meses e +69,7% em 3 meses). Confirmamos que temos a intenção positiva e a capacidade de manter todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado em função do modelo de negócios, cujo objetivo é manter esses ativos com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, de acordo com a resolução nº 4.966/2021;
- R\$ 11,6 bilhões em operações de crédito (+7,3% em 12 meses e +1,4% em 3 meses); e
- R\$ 5,6 bilhões em caixa e agregados de caixa¹³ (+30,5% em 12 meses e -38,7% em 3 meses).

A carteira de crédito ampliada do Banestes atingiu R\$ 15,1 bilhões no 4T2025, apresentando um crescimento de 3,0% em doze meses e estabilidade frente ao trimestre anterior (+0,2%). Esse desempenho consolida a política de concessão seletiva do Banco, mantendo a trajetória de crescimento orgânico e a robustez do portfólio mesmo em um cenário de mercado mais conservador.

¹² Total de depósito a prazo e depósito extrajudicial.

¹³ Refere-se à posição em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez – posição bancada.

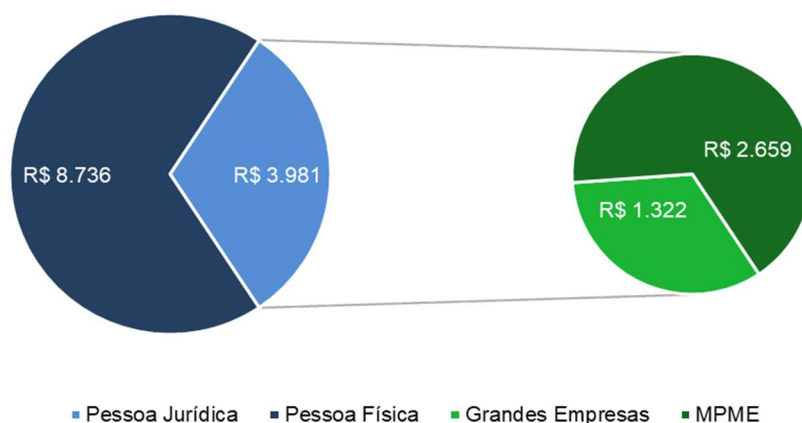
Carteira de Crédito Ampliada | R\$ Milhões



A carteira de crédito comercial encerrou o período com um saldo de R\$ 12,7 bilhões, registrando sólida expansão de 8,2% em doze meses e +1,3% em três meses. O segmento de pessoa física permanece como o principal motor da carteira, representando 68,7% do total (R\$ 8,7 bilhões), com crescimento anual de 8,6%. Paralelamente, o segmento de pessoa jurídica somou R\$ 4,0 bilhões (+7,2% em 12 meses), evidenciando a capacidade do Banco em apoiar o setor produtivo. Com 89,6% da exposição concentrada em pessoa física e MPMEs¹⁴ (R\$ 11,4 bilhões), a Instituição privilegia ativos de alta colateralização — notadamente crédito consignado, rural e imobiliário — garantindo um perfil de risco defensivo e resiliente.

Dentro do portfólio corporativo, destaca-se o foco estratégico em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), que detêm 66,8% das concessões PJ. Por outro lado, o segmento de Grandes Empresas apresentou o crescimento mais acelerado do período, com alta de 11,2% em doze meses e 6,5% em três meses.

Crédito Comercial | Perfil | R\$ Milhões



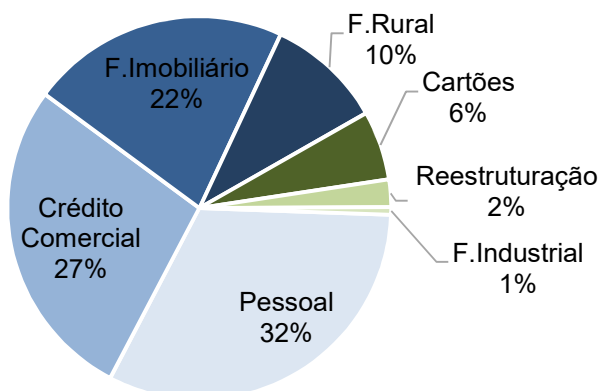
O BANESTES adota critérios rigorosos de segurança e de avaliação dos processos de concessão de crédito, de forma a manter o equilíbrio entre a expansão da carteira e a inadimplência. Abaixo, a posição do Crédito Comercial em 30/09/2025, distribuído nas principais modalidades:

- R\$ 4,0 bilhões em pessoal (+10,6% em 12 meses e +6,8% no ano);
- R\$ 3,5 bilhões em comercial (+14,7% em 12 meses e +7,6% no ano);
- R\$ 2,8 bilhões em imobiliário (+4,7% em 12 meses e +0,3% no ano);
- R\$ 1,1 bilhão em rural (+72,6% em 12 meses e +33,5% no ano); e

¹⁴ Micro, pequenas e médias empresas conforme Lei Complementar nº 139/11.

- R\$ 715 milhões em cartões (+6,0% em 12 meses e +4,5% no ano).

Modalidades Carteira de Crédito | R\$ Milhões



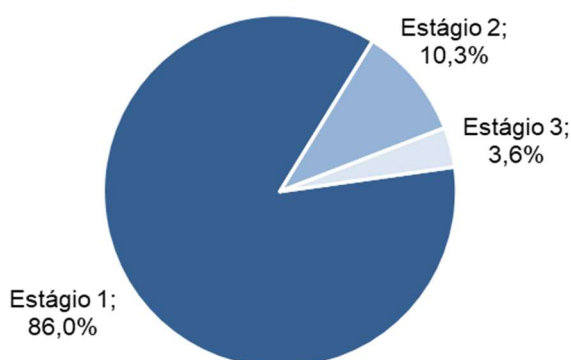
5. ESTÁGIOS, INADIMPLÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA

A eficácia da seletividade reflete-se nos índices de inadimplência (atrasos acima de 90 dias), mantidos em patamares saudáveis tanto na carteira comercial e quanto no conceito ampliado. Em linha com as normas do CMN, a gestão foca na robustez das garantias e na eficiência da recuperação de ativos, assegurando uma governança de risco rigorosa e alinhada às metas de rentabilidade.

O exercício de 2025 consolidou a transição para o novo modelo de provisionamento de crédito, regido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Com a descontinuidade da antiga Resolução CMN nº 2.682/99 e seus ratings de 'AA' a 'H', a Instituição passou a operar sob o conceito de perdas esperadas. Este novo regime classifica as operações em três estágios (Estágio 1, 2 e 3), permitindo uma mensuração de risco mais dinâmica e antecipatória."

Os estágios das operações que compõem a carteira de crédito comercial do Banestes se posicionaram da seguinte forma em 31/12/2025:

Estágios de Risco de Crédito



A qualidade dos ativos manteve-se resiliente, com o índice de inadimplência (>90 dias) da carteira comercial em 2,3% e da carteira ampliada em 1,9%, ambos apresentando uma variação marginal de +0,2 p.p. no acumulado de doze meses. No detalhamento por segmento, destaca-se a estabilidade da pessoa física, com índice de 1,7%, enquanto o segmento corporativo registrou 3,6% (+0,5 p.p. vs. dez/24). Este incremento pontual no atacado reflete

o impacto dos juros elevados no fluxo de caixa das empresas, sendo mitigado por garantias reais e processos rigorosos de recuperação.

É importante salientar que essa estabilidade, mesmo diante de um cenário de juros restritivos, é reflexo direto da estratégia de seletividade na concessão e do foco em modalidades de crédito com garantias robustas. O incremento pontual nos índices está integralmente aderente ao apetite de risco da Instituição e é mitigado pelo novo modelo de provisionamento por perdas esperadas (CMN 4.966/21), garantindo que o Banco mantenha níveis adequados de cobertura para eventuais oscilações no ciclo/safras de crédito.

A recuperação de prejuízo consolidou sua trajetória de crescimento em 2025, totalizando R\$ 77 milhões, o que representa um aumento de 23,0% em relação aos R\$ 63 milhões de 2024 e um avanço acumulado de 30,0% frente aos R\$ 59 milhões registrados em 2023. Esse desempenho consistente ao longo do último biênio é atribuído à intensificação do Feirão Zera Dívidas Itinerante, estratégia que ampliou o contato direto com os clientes e garantiu a eficácia na recuperação de ativos pelo terceiro ano consecutivo.

6. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS

No 4T2025, o Banestes registrou um montante de R\$ 56 milhões destinados a impostos, contribuições e encargos sociais, valor que representa um recuo de 24,1% em relação ao mesmo período do exercício anterior. No consolidado do ano, o montante atingiu R\$ 379 milhões, o que reflete um crescimento de 5,8% frente a 2024. Desse total acumulado, R\$ 277 milhões foram recolhidos aos cofres públicos sob a forma de impostos e contribuições — uma expansão anual de 6,6% que evidencia a relevância das operações da Instituição para a arrecadação estatal. Complementando o quadro fiscal, os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos totalizaram R\$ 102 milhões no período, registrando uma elevação de 3,7% na comparação anual.

7. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes. Com uma rede composta por 738 pontos de atendimento (148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 322 correspondentes), o Banco mantém a capilaridade em harmonia com a maturidade de suas plataformas digitais. Em 2025, essa evolução refletiu-se na preferência dos usuários pelos meios remotos: o Aplicativo Banestes registrou mais de 195 milhões de transações (incluindo consultas), um aumento de 6,0% em doze meses, enquanto as transações financeiras nos canais digitais (Aplicativo e *Internet Banking*) superaram 83 milhões de operações, crescendo 11,2% em relação ao ano anterior.

O Banestes reafirma seu compromisso com a modernidade e a excelência no atendimento ao cliente, consolidando um investimento de aproximadamente R\$ 126 milhões em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao longo de 2025. Este aporte estratégico foca na competitividade do Banco em um cenário digital, priorizando segurança cibernética, infraestrutura em nuvem e o aprimoramento contínuo da experiência no App Banestes. Neste período, destacam-se avanços significativos em Inteligência Artificial (IA) e governança de dados, com a implementação de soluções que otimizam a análise de negócios e a automação de processos internos. Essas iniciativas permitem uma tomada de decisão mais assertiva e personalizada para o cliente.

Além do investimento tecnológico, o Banco colhe os frutos de sua transformação cultural e operacional. Com a maturação de novas metodologias de trabalho e a capacitação contínua de nossas equipes, alcançamos uma redução de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais. Esse ganho de agilidade, somado à evolução dos nossos indicadores de *Business Agility*, consolida uma estrutura mais resiliente, eficiente e preparada para as rápidas transformações do mercado financeiro.

Em 2025, o Banestes consolidou a preferência dos clientes pelo Pix, registrando 65 milhões de envios (+25,0%) e 38 milhões de recebimentos (+17,0%) em comparação a 2024. Esse volume gerou uma receita de mais de R\$ 5 milhões em transações de empresas (PJ). No mesmo período, o Banco fortaleceu sua estratégia para o segmento corporativo ao implementar a autorização de pagamentos a fornecedores via aplicativo e o "float zero" na folha de pagamento, permitindo o crédito aos funcionários no mesmo dia do processamento e otimizando o fluxo de caixa das empresas.

No segmento de cartões, o Banestes registrou um faturamento consolidado de R\$ 5,6 bilhões em 2025, um avanço de 3,3% frente ao exercício anterior. Este resultado foi impulsionado pelo desempenho do Banescard Visa, que faturou R\$ 5,0 bilhões — crescimento de 25,5% em relação a 2024. Tal incremento reflete a bem-sucedida estratégia de descontinuidade do produto Banestes Visa e a migração da base de clientes para a marca própria. No mercado *premium*, o Banco consolidou seu portfólio com o lançamento do Banescard Visa *Infinite Absoluto*, exclusivo para o segmento de alta renda, com benefícios como acesso ilimitado a salas VIP, pontuação sem expiração e isenção de IOF. A estratégia de engajamento durante o ano de 2025 foi potencializada por ações promocionais de alto impacto, como a campanha de 88 anos do Banestes, que ofereceu bonificação inédita de 8,8 pontos por dólar gasto, e a campanha "Se Liga nos Pontos", que gerou faturamento incremental superior a R\$ 50 milhões.

Com foco no aprimoramento da jornada do cliente, houve avanços significativos na digitalização das transações dos cartões Banescard Visa com a integração às carteiras digitais *Google Pay* e *Samsung Pay*. Além disso, foram implementadas novas notificações proativas para recusas de compras, conferindo maior transparência e autonomia ao usuário e a funcionalidade de limite reservado para cartões adicionais no Banescard Visa, otimizando a gestão financeira familiar. O Programa de Fidelidade foi fortalecido mediante a inclusão de *vouchers* e vales-combustível como opção de resgate, além da ampliação do uso de pontos para o pagamento de prêmios de Seguro Automóvel. Adicionalmente, o serviço "Pagar com Pontos" foi expandido, permitindo a utilização direta da pontuação para consumo em estabelecimentos comerciais credenciados.

O Bizi, nosso banco digital, encerrou 2025 com forte desempenho operacional e financeiro, originando R\$ 39 milhões em crédito consignado — um avanço de 70,0% em relação ao ano anterior, superando a marca de R\$ 62 milhões em concessão de crédito desde o seu lançamento. A operação foi responsável por quase 10,0% do crescimento da carteira de consignado do Banestes no ano. O período também foi marcado pela diversificação do portfólio, com o início da oferta de seguros, e pela expansão da base de clientes através do novo convênio com a Universidade de São Paulo (USP), reforçando a estratégia de incremento da rentabilidade do negócio. No mesmo contexto, o Banestes avançou ainda mais na digitalização da jornada de crédito consignado, registrando um crescimento expressivo na utilização via aplicativo. As melhorias no processo de contratação do canal resultaram em um aumento de 31,6% na quantidade de contratos realizados via *App* em comparação ao exercício de 2024.

A carteira de crédito industrial atingiu, no final de 2025, a marca de R\$ 80 milhões, superando as projeções iniciais para o período. Dentre as linhas de crédito com repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destaca-se o produto Crédito Emergencial BNDES Brasil Soberano por meio do qual o Banestes apoiou as empresas que foram afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos, com acesso a recursos de longo prazo e taxas subsidiadas pelo Governo Federal.

Em continuidade às ações de fomento econômico, a carteira de crédito rural atingiu R\$ 1,2 bilhão, representando um crescimento de 43,8% em comparação ao final de 2024. Especificamente no que tange à Safra 2025/2026, as liberações somaram R\$ 464 milhões até o encerramento do 4T2025, o que equivale a uma alta superior a 13,6% frente ao ciclo anterior. Tais números consolidam o Banestes como parceiro estratégico para o desenvolvimento do agronegócio capixaba.

Ao longo de 2025, o Banestes consolidou a sustentabilidade e os princípios ESG como pilares de sua cultura, priorizando a integração entre ética, bem-estar e responsabilidade. No pilar de Gestão de Pessoas, a Instituição expandiu sua capacidade operacional com a admissão de 93 profissionais em cargos estratégicos e técnicos, após a convocação de 164 candidatos de concurso público. Enquanto esses novos colaboradores passavam por processos de integração focados em *compliance*, o corpo funcional vigente foi valorizado com reajustes salariais de 5,68% e

ganhos de até 6,10% nos benefícios de alimentação.

Paralelamente, o cuidado com o capital humano foi fortalecido por meio do Programa Cuidar 360º, que atua nas dimensões física, emocional, financeira e social. Foram realizadas iniciativas de saúde mental e acolhimento que reafirmaram o compromisso em promover um ambiente equilibrado, gerando impactos positivos no clima organizacional e na imagem institucional.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o ano de 2025 marcou a implementação da Política de Tecnologias Assistivas para colaboradores PcD e a manutenção da parceria com a *Affetic Baby*. O engajamento social foi reforçado pelo voluntariado em ações como a Campanha do Agasalho e o Baneskids, além de um calendário ativo de conscientização mensal sobre temas como diversidade, saúde e inclusão.

Em observância às diretrizes de transparência estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o Banestes apresenta o consolidado dos seus indicadores de equidade de gênero para o exercício de 2025. O quadro funcional encerrou o período com 2.174 colaboradores, dos quais 851 são mulheres, representando 39,1% da força de trabalho total.

Nível Hierárquico	Mulheres (2025)	Total de Colaboradores	Proporção Feminina
Diretoria	1	8	12,50%
Superintendentes e Gerente Geral	72	216	33,30%
Coordenador e Gerentes Administrativo	155	332	46,70%
Operacional	619	1.599	38,70%
Total Geral	851	2.174	39,10%

No que tange à Administração e Conselhos (Administrativo, Fiscal e Auditoria), a representatividade feminina em 2025 é de 21,1%, com 4 mulheres entre os 19 membros totais. Quanto à paridade salarial, o relatório demonstra conformidade robusta:

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio (F/M)
Diretoria	39.006,82	39.050,29	99,80%
Superintendentes e Gerente Geral	16.701,69	16.507,63	101,10%
Coordenador e Gerentes Administrativo	11.519,83	12.020,56	95,80%
Operacional	8.797,65	7.983,36	110,20%
Total Geral	7.313,78	13.204,40	55,30%

No que tange à força de trabalho, o Banestes registrou uma redução nominal no quadro feminino, passando de 893 mulheres em 2024 para 851 em 2025. Contudo, é fundamental destacar o avanço qualitativo na estrutura de liderança, onde a participação feminina nos níveis de Gerência e Superintendência cresceu de 71 para 72 colaboradoras no período. No pilar de remuneração, especificamente no nível de Diretoria, a média salarial das mulheres evoluiu de R\$ 36.910,31 para R\$ 39.006,82, patamar que assegura a manutenção da paridade plena com a média masculina para a função. Quanto à representação nos Conselhos (Administrativo, Fiscal e de Auditoria), a bancada feminina permaneceu estável com 4 integrantes. No entanto, devido ao aumento do número total de assentos nos colegiados, que passou de 15 para 19 membros, observou-se uma variação na representatividade proporcional dentro desses órgãos de governança.

Em 2025, o Banestes investiu R\$ 20 milhões em ações estratégicas direcionadas à modernização da marca e ao suporte direto aos negócios. O pilar central dessa estratégia foi a visibilidade institucional, com destaque para o projeto de *rebranding*, que integrou a tradição de quase um século do Banco à agilidade exigida pelo futuro digital.

No segmento de crédito, as campanhas publicitárias impulsionaram frentes como o microcrédito e o crédito rural, levando a carteira do agronegócio a patamares históricos. Além disso, a comunicação priorizou os produtos de crédito consignado e imobiliário, bem como a campanha Zera Dívida, iniciativa fundamental para a recuperação financeira e a reintegração de clientes ao mercado.

No pilar de fomento sociocultural e esportivo, a Instituição aportou cerca de R\$ 15 milhões em patrocínios,

viabilizando 183 iniciativas estratégicas. O *portfólio* de apoios contemplou ativos de alta relevância regional, como o Carnaval de Vitória e a Festa da Penha, além de plataformas de negócios essenciais para a economia local, a exemplo da Cachoeiro *Stone Fair*, e de diversas competições esportivas. Essas ações, pautadas pela conformidade legal, não apenas asseguraram visibilidade à marca, mas também reafirmaram o compromisso do Banestes com o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo em múltiplos eixos de atuação.

8. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e, fundamentalmente, reduzir os riscos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco. Essa área possui unidades dedicadas à gestão e avaliação de diferentes tipos de riscos, incluindo crédito, mercado e liquidez, além de unidades focadas na continuidade dos negócios e na Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD-FTP).

Em total conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, o Banestes adota uma gestão integrada de riscos. Essa abordagem inclui a figura de um Diretor de Riscos e Controle, responsável por todo o Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital assessora o Conselho de Administração em decisões estratégicas.

Para promover uma forte cultura interna de gerenciamento de riscos e *compliance*, o Banco implementou o Programa de Integridade Banestes, baseado em procedimentos normatizados e controles internos alinhados à legislação brasileira de combate à corrupção. Este programa inclui ações e controles para prevenir corrupção e atividades ilícitas, sendo que um canal de denúncias está disponível no site do Banestes para comunicação segura de irregularidades.

No âmbito específico de prevenção, o programa de PLD/FTP da Instituição é abrangente, com políticas e controles robustos para evitar essas práticas, conforme as exigências normativas. Inclusive, para fortalecer a prevenção, há um canal interno de comunicação dedicado à área de PLD/FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

Atuando como “terceira linha”, a Auditoria Interna do Banestes se reporta diretamente ao Conselho de Administração para garantir sua independência e fortalecer a capacidade da Instituição de criar, proteger e sustentar valor. Sua atuação fornece avaliação e consultoria objetivas para aprimorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, o Banco realiza análises gerenciais de risco social, ambiental e climático, monitorando clientes pessoa jurídica com maior potencial de impacto para mitigar perdas e identificar eventos adversos.

Em outro pilar de governança, o Banestes demonstra um forte compromisso com a proteção de dados e a segurança cibernética. A Instituição mantém um Programa de Proteção de Dados abrangente, assegurando a conformidade de toda a sua infraestrutura com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Isso se reflete na revisão contínua de contratos, que agora incluem cláusulas protetivas específicas, e na disponibilidade de um canal oficial de comunicação dedicado a assuntos relacionados à LGPD.

O SFB conta com contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, visando fortalecer a segurança cibernética e da informação.

Complementarmente, a plataforma de conscientização de segurança foi implantada, e com a aprovação da política e a condução do plano de conscientização 2025/2026, será utilizada para melhorar o mapeamento e a mitigação do risco cibernético em pessoas, através de testes e trilhas de conhecimento, aplicáveis aos diversos momentos dos colaboradores e parceiros, desde o *onboarding* até reciclagens periódicas e campanhas direcionadas para riscos emergentes.

9. EMPRESAS CONTROLADAS

No exercício de 2025, o SFB apresentou solidez e crescimento por meio de suas empresas controladas e coligadas, cujos resultados refletem a eficiência operacional e o foco em inovação tecnológica e governança.

A Banestes Seguros (Banseg) alcançou o maior lucro líquido de sua série histórica, totalizando R\$ 43 milhões. Esse montante representa um ROE de 19,1% e contribuiu com 10,3% do resultado consolidado do SFB. O prêmio ganho total da seguradora cresceu 9,6% em relação a 2024, com destaque para a carteira de pessoas (+16,0%). Este desempenho é sustentado por uma gestão rigorosa de despesas e investimentos em infraestrutura de TI, incluindo a implementação de um novo sistema de gestão para ampliar a eficiência e parcerias em resseguros. Adicionalmente, a seguradora atualizou sua governança à nova Lei de Seguros e avançou na agenda ESG, mitigando riscos após a aprovação de sua Matriz de Materialidade.

A Banestes Corretora (Banescor) registrou lucro líquido de R\$ 47 milhões em 2025, montante que corresponde a 11,4% do resultado consolidado do SFB. Esse desempenho reflete o fortalecimento da atuação da Corretora no mercado e o crescimento consistente na produção de seguros. Entre os principais vetores desse resultado, destaca-se o seguro de Acidentes Pessoais (BAP), que atingiu R\$ 38 milhões em produção — um avanço expressivo de 144,0% em relação ao ano anterior. Adicionalmente, a parceria estratégica com a Embrakon no segmento de consórcios demonstrou forte tração, somando R\$ 260 milhões e consolidando uma expansão de 106,0% na comparação anual.

Outros produtos do portfólio contribuíram significativamente para o resultado do período. O seguro de vida, operado junto à parceira Banestes Seguros, alcançou R\$ 15 milhões, com alta de 14,0%. No segmento de proteção financeira, o Prestamista PJ registrou R\$ 19 milhões (+89,0%), enquanto o Prestamista PF atingiu R\$ 9 milhões, apresentando um expressivo aumento de 324,0%. O seguro residencial totalizou R\$ 7 milhões (+2,0%), ao passo que o seguro automóvel somou R\$ 8 milhões, com uma retração de 6,4%. Já o seguro empresarial encerrou o exercício com produção de R\$ 2 milhões, representando uma queda de 20,4%.

No segmento de previdência, a Banescor encerrou o ano com uma carteira de R\$ 984 milhões, crescimento de 15,7% frente a 2024. Os pagamentos mensais alcançaram R\$ 3 milhões, refletindo a excelência na gestão e o aprimoramento da oferta de produtos. Por outro lado, a previdência de aporte e portabilidade registrou R\$ 155 milhões em produção, desempenho 45,0% inferior ao exercício anterior. Por fim, complementando o portfólio de benefícios, a comercialização de planos odontológicos totalizou 119 mil unidades, representando um crescimento de 45,0% no período.

A Banestes Asset, especializada na gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, encerrou 2025 com uma performance robusta, atingindo R\$ 9,3 bilhões sob gestão (+24,0% em 12 meses). A Asset apurou lucro líquido de R\$ 19 milhões (+19,7% em 12 meses), totalizando R\$ 66 milhões quando somado à operação da Banescor. Esse resultado, que representa 15,9% do resultado consolidado do SFB, é sustentado por um portfólio diversificado em renda fixa, multimercados e ações, com destaque estratégico para o fundo imobiliário BCRI11, que já supera a marca de 42 mil cotistas.

A Banestes Loteria, apresenta-se como uma subsidiária integral de capital fechado, constituída em agosto de 2024 para explorar com exclusividade o serviço público de loterias no Espírito Santo, operando atualmente em fase pré-operacional sob uma estrutura enxuta de *back office* compartilhado com o controlador (Banestes). Do ponto de vista de gestão financeira, a companhia mitiga custos fixos ao utilizar a infraestrutura e o quadro de pessoal do controlador, mantendo uma governança centralizada no acionista único e uma diretoria simplificada. O aporte de capital adicional de R\$ 1 milhão realizado em agosto de 2025, totalizando um capital social de R\$ 2 milhões, reforça a manutenção da liquidez e continuidade operacional enquanto a empresa avança na prospecção de um parceiro estratégico, etapa crucial para a transição do estágio pré-operacional para a geração efetiva de resultados.

10. GUIDANCE

O *Guidance*¹⁵ BANESTES contém declarações prospectivas as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data.

	INDICADOR	2025	
		Guidance Projeção (%)	4º Trim. Real (%)
	Carteira de Crédito Ampliada ¹	6 - 10	3,0
	Depósito Total ²	5 - 9	6,2
	Provisão de Crédito/Carteira de Crédito Ampliada ³	1,9 - 2,3	1,2
	Margem Financeira Líquida ⁴	3 - 7	11,1
	Despesas Operacionais ⁵	10 - 14	6,4
	Serviços e Seguridade ⁶	6 - 10	9,1

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen), de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs - certificado de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários e FIDCs - fundo de investimento em direitos creditórios) e garantias prestadas (fianças e avais).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se da relação do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Resolução nº 4.966/2021 do CMN) e TVM privado nos últimos 12 meses e o saldo da carteira de crédito ampliada.

⁴ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁵ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁶ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

Obs.: As variações estão baseadas em 12 meses.

	INDICADOR	GUIDANCE 2026
	Carteira de Crédito Comercial ¹	4% - 8%
	Depósito Total ²	5% - 9%
	Margem Financeira Líquida ³	6% - 10%
	Despesas Operacionais ⁴	7% - 11%
	Serviços e Seguridade ⁵	5% - 9%

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁴ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁵ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

Obs.: As variações estão baseadas em 12 meses.

¹⁵ As informações não são objeto de auditoria.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório - Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 Em milhares de reais

ATIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
Disponibilidades	3.b e 4	167.921	167.962
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado		484.359	513.268
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	484.359	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas		15.056.398	15.138.455
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	15.056.398	15.138.455
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas		22.206.084	22.336.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.c e 5	5.753.961	5.758.372
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	2.360.043	2.408.840
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7.a	1.750.344	1.750.344
Relações Interfinanceiras	3.f, 7.b e 9	105.059	105.059
Operações de Crédito	3.c, 3.p, 8 e 9	11.589.507	11.589.507
Outros Créditos c/ Características de Concessão de Crédito	8.a e 10.a	625.870	625.870
Outros Ativos Financeiros	10.a	21.300	98.040
Ativos Fiscais Diferidos de Imp. e Contribuições	21.b	383.019	390.785
Outros Ativos	10.b	440.963	477.597
Outros Valores e Bens	11	109.459	151.180
Investimentos	3.k e 12	464.113	-
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		464.113	-
Imobilizado	3.l e 14	204.051	210.126
Imobilizado de Uso/Direitos de Uso		404.191	415.632
Depreciação e Redução ao Valor Recuperável	3.l, 3.n e 14	(200.140)	(205.506)
Intangível	3.m e 15	383.994	404.959
Intangível		680.960	708.145
Amortização e Redução ao Valor Recuperável	3.m, 3.n e 15	(296.966)	(303.186)
TOTAL DO ATIVO		39.900.361	39.790.364

PASSIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		36.432.301	36.045.881
Depósitos	3.o, 16.a e 16.b	24.445.167	24.292.128
Captações no Mercado Aberto	3.o e 16.a	9.664.118	9.430.737
Rec. Ac. Camb. Letr. Imob., Hip. e de Créd., Deb. e Similares	3.o, 16.a e 16.b	1.284.761	1.284.761
Relações Interfinanceiras		639.023	639.023
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	3.o, 16.a e 17.a	370.747	370.747
Outros Passivos Financeiros	22.a	22.509	22.509
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	22.a	5.976	5.976
Provisões para Contingências	23	170.239	178.665
Outros Passivos	22.b	865.145	1.131.184
Obrigações Fiscais Diferidas	21.b.2	20.979	22.937
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.d e 24	2.411.697	2.411.697
Capital		1.900.000	1.900.000
Reservas de Reavaliação		767	767
Reservas de Lucros		532.301	532.301
Outros Resultados Abrangentes	6.d	(21.371)	(21.371)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(21.371)	(21.371)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.900.361	39.790.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.901.830	5.446.556	2.909.810	5.464.542
Operações de Crédito	3.c, 3.p e 8.f	1.093.731	2.096.233	1.093.731	2.096.233
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 5.d e 6.f	1.769.565	3.276.103	1.777.545	3.294.089
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.f e 7.c	38.534	74.220	38.534	74.220
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.122.046)	(3.955.003)	(2.096.533)	(3.909.549)
Operações de Captação no Mercado	3.o e 16.c	(2.110.190)	(3.936.048)	(2.084.677)	(3.890.594)
Operações de Empréstimos e Repasses	3.o e 17.b	(11.856)	(18.955)	(11.856)	(18.955)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		779.784	1.491.553	813.277	1.554.993
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8.g	(104.070)	(185.305)	(104.073)	(185.313)
Operações de Títulos e Valores Mobiliários		(10.564)	(10.400)	(10.567)	(10.408)
Operações de Crédito		(93.734)	(176.433)	(93.734)	(176.433)
Outros Créditos		228	1.528	228	1.528
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		675.714	1.306.248	709.204	1.369.680
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(353.539)	(722.463)	(346.204)	(716.352)
Receitas de Prestação de Serviços	28.b	70.188	135.002	114.928	214.942
Rendas de Tarifas Bancárias	28.b	86.584	170.513	86.575	170.492
Prêmios Retidos		-	-	195.539	394.792
Variação das Provisões Técnicas		-	-	2.760	(9.061)
Sinistros Retidos		-	-	(87.620)	(179.290)
Despesas de Comercialização de Seguros		-	-	(12.471)	(21.350)
Resultado Líquido de Resseguro	28.i	-	-	63	(175)
Despesas de Pessoal	28.d	(241.985)	(493.956)	(259.992)	(529.838)
Outras Despesas Administrativas	28.e	(225.451)	(433.590)	(240.580)	(461.376)
Despesas Tributárias	28.f	(51.017)	(98.138)	(66.500)	(127.972)
Resultado de Participações em Controladas	12	58.463	106.459	-	-
Outras Receitas Operacionais	28.c	18.616	38.625	20.155	42.069
Provisão para Contingência	28.g	(15.713)	(31.575)	(17.269)	(38.939)
Outras Despesas Operacionais	28.g	(53.224)	(115.803)	(81.792)	(170.646)
RESULTADO OPERACIONAL		322.175	583.785	363.000	653.328
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.h	4.807	4.061	5.116	4.727
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		326.982	587.846	368.116	658.055
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.s e 21.a	(7.456)	(58.283)	(42.362)	(121.362)
Provisão para Imposto de Renda - Vlrs.Correntes		(15.719)	(44.552)	(39.212)	(88.315)
Provisão para Imposto de Renda - Vlrs.Diferidos		(803)	(1.493)	(847)	(1.404)
Provisão para Contribuição Social - Vlrs.Correntes		(13.951)	(38.409)	(25.689)	(60.334)
Provisão para Contribuição Social - Vlrs.Diferidos		(643)	(1.195)	(670)	(1.142)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda		13.144	15.203	13.392	16.747
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social		10.516	12.163	10.664	13.086
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(99.858)	(116.128)	(106.086)	(123.258)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		219.668	413.435	219.668	413.435
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	24.e	154.085	236.828		
Nº de Ações		347.504.146	347.504.146		
Lucro Líquido por lote de mil Ações		0,63	1,19		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	219.668	413.435
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(2.979)	10.058
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	7.267	31.759
(Ganho) Perda Transferido ao Resultado por Alienação	(12.223)	(14.110)
Efeito dos Impostos	1.977	(7.591)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquido de Impostos	(2.979)	10.058
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	216.689	423.493

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Aumento de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
			De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 31/12/2024	1.600.000	-	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	-	2.357.214
Efeitos da Adoção Inicial - Resolução n.º 4.966/2021								(128.666)	(128.666)
Saldo em 01/01/2025	1.600.000	-	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	(128.666)	2.228.548
Absorção dos Efeitos da Adoção Inicial - Resolução n.º 4.966/2021					(27.318)			27.318	-
Ajuste IRPJ e CSLL - Adoção Res. n.º 4.966/2021								(3.427)	(3.427)
Aumento de Capital - Por Capitalização de Reservas	300.000	-		(32.280)	(267.720)				-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - VJORA						9.277	781		10.058
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos			(158)					158	-
Impostos e Contrib. sobre Reserva de Reavaliação - Alienação de Imóveis			(89)					-	(89)
Transferência para Reservas de Lucros					145			(145)	-
Lucro Líquido do Exercício								413.435	413.435
Destinações:									
- Reservas Constituídas				20.672	51.173			(71.845)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,27 por lote de mil ações)								(92.250)	(92.250)
- Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários (R\$ 0,33 por lote de mil ações)								(114.578)	(114.578)
- Dividendos Intermediários (R\$ 0,09 por lote de mil ações)								(30.000)	(30.000)
Saldos em 31/12/2025	1.900.000	-	767	73.140	459.161	(15.185)	(6.186)	-	2.411.697
Mutações do Exercício	300.000	-	(247)	(11.608)	(243.720)	9.277	781	128.666	183.149

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Aumento de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
			De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 30/06/2025	1.600.000	300.000	1.001	62.157	407.843	(12.769)	(5.623)	-	2.352.609
Absorção dos Efeitos da Adoção Inicial - Resolução n.º 4.966/2021					-			-	-
Ajuste IRPJ e CSLL - Adoção Res. n.º 4.966/2021								(3.427)	(3.427)
Aumento de Capital - Por Capitalização de Reservas	300.000	(300.000)		-	-				-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - VJORA						(2.416)	(563)		(2.979)
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos			(145)					145	-
Impostos e Contrib. sobre Reserva de Reavaliação - Alienação de Imóveis			(89)					-	(89)
Transferência para Reservas de Lucros					145			(145)	-
Lucro Líquido do Semestre								219.668	219.668
Destinações:									
- Reservas Constituídas				10.983	51.173			(62.156)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,14 por lote de mil ações)								(47.250)	(47.250)
- Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários (R\$ 0,22 por lote de mil ações)								(76.835)	(76.835)
- Dividendos Intermediários (R\$ 0,09 por lote de mil ações)								(30.000)	(30.000)
Saldos em 31/12/2025	1.900.000	-	767	73.140	459.161	(15.185)	(6.186)	-	2.411.697
Mutações do Semestre	300.000	(300.000)	(234)	10.983	51.318	(2.416)	(563)	-	59.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro Ajustado	(728.250)	(1.423.363)	(640.198)	(1.259.577)
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro	227.124	471.718	262.030	534.797
Ajustes ao Lucro antes da Tributação s/ o Lucro:	(955.374)	(1.895.081)	(902.228)	(1.794.374)
Ajuste ao Valor de Mercado/Receita de Juros - TVM - VJR	(33.957)	(64.837)	(39.846)	(71.580)
Ajuste Receita de Juros de TVM - VJORA	(834.320)	(1.606.966)	(836.126)	(1.612.892)
Ajuste Receita de Juros de TVM - Custo Amortizado	(205.292)	(439.348)	(206.115)	(442.629)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	104.070	185.305	104.073	185.312
Provisão/(Reversão) para Perdas de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	1	52	1	52
Depreciações e Amortizações - Imobilizado e Intangível	63.457	119.346	65.062	122.506
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	11.724	23.928	13.026	30.681
Ajuste de Provisão - Outras	(4.917)	(12.554)	(4.918)	(12.898)
Resultado de Participação em Controladas	(58.463)	(106.459)	-	-
(Ganho) Perda na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	(90)	(90)	(90)	(90)
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado de Uso	(2.295)	(2.295)	(2.295)	(2.295)
Baixa no Imobilizado de Uso	2	2	2	2
Despesa Financeira com Contratos de Arrendamento	4.706	8.835	4.998	9.457
Variação de Ativos e Obrigações	237.814	1.085.234	172.513	968.135
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.750	7.650	50.748	7.600
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(28.066)	(85.295)	(21.629)	(80.744)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(95.516)	(120.382)	(95.516)	(120.382)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	61.475	59.966	61.475	59.966
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrend. Mercantil Financeiro	(330.370)	(1.192.314)	(330.370)	(1.192.314)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	(39.654)	(50.127)	(37.207)	(52.799)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(79.798)	(80.363)	(79.594)	(79.537)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(195)	(1.491)	(461)	(6.594)
Aumento (Redução) em Depósitos	526.179	1.463.232	490.778	1.416.838
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	51.508	770.907	37.964	739.412
Aumento (Redução) em Recursos por Emissão de Títulos	(211.004)	159.405	(211.004)	159.405
Aumento (Redução) em Obrigações por Repasses	229.446	177.852	229.446	177.852
Aumento (Redução) em Provisões Técnicas de Seguros	-	-	(7.025)	15.949
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	(8.008)	(44.849)	(8.005)	(44.504)
Aumento (Redução) em Provisões	(8.200)	(16.080)	(8.654)	(16.662)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Diferidas	(31)	(41)	(31)	(41)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	148.968	120.125	166.499	133.339
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(29.670)	(82.961)	(64.901)	(148.649)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	(490.436)	(338.129)	(467.685)	(291.442)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de TVM - VJORA	(14.411.271)	(14.435.614)	(14.493.571)	(14.594.865)
Alienação/Vencimento/Amortizações TVM - VJORA	11.456.578	14.980.873	11.529.121	15.169.805
Aquisição de TVM - Custo Amortizado	(164.563)	(429.787)	(164.563)	(429.787)
Vencimento/Amortizações TVM - Custo Amortizado	1.676.614	1.987.678	1.676.614	1.987.678
Dividendos Recebidos de Controladas	7.397	68.148	-	-
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	2.899	4.630	2.899	4.630
Alienação de Imobilizado de Uso	2.600	2.604	2.599	2.604
Investimentos em Controladas	(1.000)	(1.000)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(20.266)	(98.051)	(20.398)	(98.423)
Baixas no Intangível	145	729	145	729
Aplicações no Intangível	(31.047)	(95.257)	(34.845)	(102.776)
Juros Recebidos	151.590	303.258	153.122	306.281
Caixa Líquido Consumido/Gerado pelas Atividades de Investimentos	(1.330.324)	2.288.211	(1.348.877)	2.245.876
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(153.878)	(205.778)	(153.878)	(205.778)
Dividendos Pagos	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	(183.878)	(235.778)	(183.878)	(235.778)

AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.004.638)	1.714.304	(2.000.440)	1.718.656
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	8.115.194	4.396.252	8.115.448	4.396.352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	6.110.556	6.110.556	6.115.008	6.115.008

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIO
RECEITAS	2.977.955	5.609.452	3.228.113	6.106.076
Intermediação Financeira	2.901.830	5.446.556	2.909.810	5.464.542
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	156.772	305.515	201.503	385.434
Provisão p/ Perdas Op. Crédito, Ar. Mercantil, Outros Créditos c/ Carac. Conc. Crédito e TVM	(104.070)	(185.305)	(104.073)	(185.313)
Operações com Seguros e Resseguros	-	-	195.602	394.617
Outras	23.423	42.686	25.271	46.796
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.122.046)	(3.955.003)	(2.096.533)	(3.909.549)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(230.684)	(459.714)	(371.627)	(756.180)
Materiais, Energia e Outros	(164.035)	(326.687)	(198.653)	(397.666)
Serviços de Terceiros	(66.649)	(133.027)	(75.643)	(148.813)
Operações com Seguros e Resseguros	-	-	(97.331)	(209.701)
VALOR ADICIONADO BRUTO	625.225	1.194.735	759.953	1.440.347
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E BAIXA POR IMPAIRMENT	(63.457)	(119.346)	(65.062)	(122.506)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	561.768	1.075.389	694.891	1.317.841
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	58.463	106.459	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	58.463	106.459	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	620.231	1.181.848	694.891	1.317.841
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	620.231	1.181.848	694.891	1.317.841
PESSOAL	303.137	536.683	325.221	575.511
Remuneração Direta	241.865	418.662	260.167	450.713
Benefícios	48.652	95.003	51.732	100.439
F.G.T.S	12.620	23.018	13.322	24.359
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	97.179	229.822	149.719	326.919
Federais	88.795	213.074	139.083	305.842
Estaduais	35	87	38	93
Municipais	8.349	16.661	10.598	20.984
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	247	1.908	283	1.976
Aluguéis	247	1.908	283	1.976
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	219.668	413.435	219.668	413.435
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	154.085	236.828	154.085	236.828
Lucros Retidos do Período	65.583	176.607	65.583	176.607

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	ÍNDICE	Página
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	24
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	28
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39
5.	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	40
6.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	41
7.	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	44
8.	CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS	45
9.	CRÉDITO IMOBILIÁRIO	48
10.	OUTROS ATIVOS	49
11.	OUTROS VALORES E BENS	50
12.	PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS	50
13.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	51
14.	IMOBILIZADO DE USO	55
15.	INTANGÍVEL	56
16.	DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	57
17.	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	58
18.	ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	59
19.	PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS	59
20.	COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	59
21.	IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO	60
22.	OUTROS PASSIVOS	62
23.	PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS	63
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
25.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	67
26.	LIMITES OPERACIONAIS	72
27.	GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL	72
28.	OUTRAS INFORMAÇÕES	75
29.	AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista. Organizado sob a forma de banco múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, investimento e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BANESTES Asset) e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. atua também nos segmentos financeiros de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas companhias e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BANESTES foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para causas judiciais, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados, provisões técnicas, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil do Cosif - Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil, conforme permitido pelo artigo 77 da

Resolução CMN n.º 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às Demonstrações Financeiras Consolidadas no padrão contábil internacional - IFRS.

a. Base para consolidação

Em conjunto com as Demonstrações Financeiras do BANESTES, estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas, contemplando ainda as disposições contidas nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que requerem a eliminação dos saldos e transações entre as empresas incluídas na consolidação. Na consolidação das Demonstrações Financeiras, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, conforme relacionado na Nota 13.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas e fundo de investimento exclusivo.

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação 31/12/2025
Entidades Financeiras no País			
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100,00%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País			
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100,00%
Entidades Não Financeiras no País			
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg. Prev. e Capitalização	Integral	99,99%
BANESTES Loteria S.A.(*)	Casa Lotérica	Integral	100,00%
Fundos de Investimentos			
BANESTES Fic Meza I FI em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Fundos de Investimentos	Integral	100,00%

(*) A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

b. Adoção de Novas Normas e Interpretações

I - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 e Resolução BCB n.º 352 de 23 de novembro de 2023

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional e normas complementares. A Resolução n.º 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção da Resolução nº 4.966/2021 foram efetuadas de acordo com as disposições transitórias da norma, e considerou a dispensa da apresentação dos valores comparativos para os períodos do ano de 2025 relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352/2023 do BACEN.

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção da norma foram reconhecidas em lucros acumulados no dia 01 de janeiro de 2025. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2024 estão de acordo com as normas anteriores e, portanto, as notas explicativas abaixo são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2025.

b1. Classificação de Ativos Financeiros na Adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021 (Em R\$ Mil):

Banestes Múltiplo					
Classificação Resolução n.º 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassifi- cações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	33.947.692	-	(226.529)	33.721.163	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.848	-	(167)	4.456.681	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	-	398.734	-	398.734	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.204.663	(111.404)	(528)	14.092.731	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.900.746	(287.330)	(680)	3.612.736	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	-	-	-	-	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

Banestes Consolidado					
Classificação Resolução n.º 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassifi- cações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	34.129.649	-	(226.570)	33.903.079	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.898	-	(207)	4.456.691	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	90.988	307.696	-	398.684	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.246.788	(20.366)	(528)	14.225.894	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.947.923	(287.330)	(680)	3.659.913	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	1.617	-	(1)	1.616	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

b2. Conciliação do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025 após adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021:

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banestes Múltiplo e Consolidado
Patrimônio Líquido antes dos ajustes da 4.966 - 31/12/2024	2.357.214
Perdas esperadas de operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito (1)	(225.154)
Perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	(7.466)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários (1)	(1.208)
Perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	(207)
Perdas esperadas de outros ativos financeiros	(1)
Reclassificação de ativos financeiros	102
Efeito Fiscal	105.268
Total	(128.666)
Patrimônio Líquido após os ajustes da 4.966 - 01/01/2025	2.228.548

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

Em 31 de dezembro de 2024, antes dos ajustes da Resolução n.º 4.966/2021, o Patrimônio Líquido do BANESTES totalizava R\$ 2.357.214. Após a adoção da resolução, foi reduzido um valor de R\$ 128.666. Este valor é composto por constituição de provisões no montante de R\$ 232.620 de perdas esperadas de operações de crédito, outros ativos com características de concessão de crédito, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar, R\$ 1.208 de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários, R\$ 207 de perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, bem como de reclassificação de ativos financeiros com impacto positivo de R\$ 103 e Efeito Fiscal no montante de R\$ 105.268. O Patrimônio Líquido do BANESTES em 01 de janeiro de 2025 totalizava R\$ 2.228.548.

Em 30 de junho de 2025, após a destinação do resultado do período, permaneceu o saldo negativo de R\$ 27.318 referente à adoção inicial, o qual foi compensado pela conta Reserva Estatutária para Margem Operacional, no Patrimônio Líquido.

II - Efeitos da adoção inicial da Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022

Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Instituição estima o saldo contábil de crédito tributário no montante de R\$ 105.251 como impactos esperados da Lei n.º 14.467/2022 nas suas Demonstrações Financeiras.

III - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma estabelece que as instituições mencionadas devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 06 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

a. Transição

Conforme permitido pela norma, no momento da transição, o BANESTES optou por aplicar a abordagem retrospectiva aos contratos de arrendamento em que o Banco é arrendatário, cujos efeitos foram aplicados em 01 de janeiro de 2025.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção inicial causaram impactos na rubrica de Ativo Imobilizado do balanço patrimonial, pelo reconhecimento dos ativos de direito de uso, e na rubrica de Passivos de Arrendamento, também do balanço patrimonial, pelo reconhecimento das obrigações de pagamentos futuros relacionados aos

contratos de arrendamento.

b. Efeitos da adoção inicial

Contratos de arrendamento anteriormente classificados como “Aluguéis”

Na adoção da norma, o BANESTES reconheceu os passivos de arrendamento relacionados a contratos que haviam sido classificados anteriormente como “aluguéis”, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados com a utilização de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

Além disso, para esses mesmos contratos, o BANESTES reconheceu na adoção inicial da norma, o ativo de direito de uso pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento correspondente, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os valores de Passivos de arrendamento e Ativos de direito de uso reconhecidos, por classe de ativo subjacente, são apresentados abaixo:

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	01/01/2025	01/01/2025
Passivos de Arrendamento	74.718	77.113
Ativos de Arrendamento	74.718	77.113
Imóveis	68.363	69.504
Veículos	3.351	4.605
Equipamentos	3.004	3.004

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais a seguir discriminadas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB).

- a. **Apuração de Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência.
- b. **Caixa e Equivalentes de Caixa** - São representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c. **Ativos e Passivos Financeiros** - A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sistema Financeiro BANESTES se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

As operações de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito, já os depósitos de clientes são reconhecidos quando os recursos dos clientes são transferidos.

- Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais dos fluxos de caixas (analisados por meio da aplicação do teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos instrumentos.

Os Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo preço de transação, no caso de operações de crédito sem componente de financiamento significativo ou pelo valor justo, nos demais casos.

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, o valor apurado, deve ser ajustado da seguinte forma:

a) no caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento.

b) no caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, origemação ou emissão do instrumento financeiro que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

É vedado o reconhecimento de ativo e passivo financeiros ou grupo de ativos e passivos financeiros com base em valor líquido, inclusive quando geridos em conjunto.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

- Avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

Os instrumentos podem ser mensurados ao VJR caso isso elimine e reduza significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento. Em 31/12/2025 o BANESTES não designou instrumentos financeiros ao VJR.

Passivos financeiros, com exceção daqueles relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo

amortizado ou VJR. A mensuração em VJR ocorre quando os passivos são mantidos para negociação ou quando se aplica a designação ao valor justo.

● Teste de SPPJ

Como um segundo passo do processo de classificação, os termos contratuais dos ativos financeiros são avaliados para verificar se os fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para o referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). Os elementos mais significativos dos juros são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Para aplicar o teste de SPPJ, fatores relevantes são considerados, como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pelo qual a taxa de juros é definida.

Conquanto, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados (VJR).

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro que evidenciem fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro é o valor inicial pelo qual ele é mensurado no momento do reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos do principal e ajustado pela amortização acumulada, calculada utilizando o método da taxa efetiva de juros, de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera o *impairment* de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Cuida-se que esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado do *impairment*, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.d.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o BANESTES não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial não são reclassificados, exceto em circunstâncias excepcionais, como a aquisição, venda ou encerramento de uma linha de negócios. Nesses casos, a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação após a mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito raras.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O BANESTES não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

A provisão de perdas esperadas de crédito (PE) é registrada para todos os ativos financeiros, com exceção de instrumentos patrimoniais, ativos financeiros classificados como VJR e mensurados no nível 1 da hierarquia do valor justo e instrumentos financeiros derivativos, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito não utilizados e créditos a liberar não canceláveis, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021. Nessa seção, todas essas operações serão denominadas como “ativos financeiros”.

Os ativos financeiros são distribuídos em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: no reconhecimento inicial dos instrumentos é reconhecida uma provisão baseada na probabilidade de se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses. A alocação é mantida desde que o ativo não sofra aumento significativo em seu risco de crédito ou não apresente atraso maior que 30 dias. Esse estágio também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito.

Estágio 2: ativos financeiros que sofreram aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação ou com atraso superior a 30 dias. Neste estágio também constam operações que apresentaram melhora no risco de crédito após serem considerados ativos problemáticos. No estágio 2, é calculada uma provisão para todo o prazo da operação (PE Vida).

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos com alto potencial de descumprimento da operação.

d.1.1 Ativos problemáticos

São ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, assim considerados de forma qualitativa (contrapartes com eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias) ou ainda operações que possuam mais de 90 dias de atraso.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de perdas esperadas são descritos abaixo e seus principais elementos são:

(i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de 12 meses para ativos alocados no estágio 1 e ao longo da vida da operação quando alocados no estágio 2. Quando a operação está alocada no estágio 3, ela é considerada um ativo problemático e que possui 100% de probabilidade de inadimplência.

(ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um fator de conversão de crédito que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.

(iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): esta métrica representa a projeção de perda financeira na hipótese de um evento de inadimplência. O cálculo é derivado de modelos internos, ponderando a eficácia das estratégias de recuperação de ativos e as especificidades de cada operação, notadamente a natureza do produto e a robustez das garantias, além dos custos envolvidos na recuperação do crédito.

Ao longo de 2025, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos para atendimento da Resolução nº 4.966/2021, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras. Em decorrência dessa mudança de estimativa, foi reconhecido, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, um efeito líquido no montante de R\$ 96.011, com impacto redutor no saldo da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros do Banco.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

A concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito e cheque especial são produtos em que o BANESTES possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. A Instituição não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, em vez disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa da Instituição em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

d.4. Premissas macroeconômicas na estimativa de perda esperada

As perdas históricas de crédito são ajustadas para contemplar a visão prospectiva da Organização sobre o ambiente econômico. Por meio de modelagem econométrica, as estimativas de perdas esperadas passam a refletir não apenas as condições atuais, mas também as tendências futuras, capturando a correlação entre o risco de crédito e os indicadores macroeconômicos de maior relevância.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31/12/2025 o Sistema Financeiro BANESTES não possuía instrumentos financeiros classificados nesse nível.

f. Relações Interfinanceiras - Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção da Administração de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Seguros e Resseguros de Danos e Pessoas - Os prêmios de seguro e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, através da constituição das provisões para prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

A Seguradora encerrou em 31/12/2023 a sua operação de resseguro, junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

h. Provisões Técnicas - Seguros - As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP n.º 432/2021, e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, bem como avaliadas por auditoria contábil.

i. Teste de Adequação de Passivos (TAP) - Conforme requerido pelo CPC 11, em cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação dos passivos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras é regulamentado através da Resolução CNSP n.º 432/2021 e pela Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores, avaliando na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguros.

A Seguradora avalia a adequação de suas Provisões Técnicas, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro vigentes na data-base de suas Demonstrações Financeiras através do TAP. Este teste é elaborado considerando os valores contábeis segregados pelos passivos dos sinistros já ocorridos e a ocorrer. Nesta segregação, a segmentação obedece a valores já registrados na contabilidade, bem como valores a registrar, com base em faturas de contratos reconhecidos pela contabilidade através de suas emissões e com vigência após a data-base do cálculo. Os valores de prêmios contabilizados para riscos a viger, bem como dos prêmios projetados para os riscos não registrados são deduzidos das despesas de comercialização diferidas, dos ativos intangíveis e dos tributos inerentes ao valor retido. Considerando as similaridades dos riscos expostos, a Seguradora optou por segmentar seus contratos nas seguintes classificações: 1) Danos; 2) Pessoas.

O estudo do TAP considera bases atuariais, premissas atuais e a estimativa considerada mais adequada e prudente de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31/12/2025, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

j. Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços contratados ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado do período a que se referem, no decorrer da vigência dos respectivos contratos.

k. Investimentos - Os Investimentos em Sociedades Controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 12). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l. Imobilizado de Uso - O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil dos bens. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	31/12/2025
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos

Os Imóveis de Uso Próprio, Terrenos e Edificações foram reavaliados com data-base de 31/10/2005 e a partir dessa data as Edificações passaram a ser depreciadas com base no prazo remanescente de vida útil dos imóveis indicados no Laudo de Avaliação.

m. Intangível - O Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento, menos amortização acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear, ao longo da sua vida útil ou de acordo com os prazos contratuais.

A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo Sistema Financeiro BANESTES é de 10 anos ou de acordo com a vigência dos contratos de direito de uso.

n. Valor de Recuperação de Ativos - *Impairment* - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa (UGC), exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

Em relação ao ativo imobilizado, o valor recuperável da unidade geradora de caixa, composta pelo saldo contábil dos ativos registrados nas contas de sistema de processamento de dados e sistemas de comunicação, é obtido por meio do valor justo líquido da despesa de alienação e comparado ao seu valor contábil. No exercício de 2025, não foram encontrados indícios de perda do valor recuperável destes bens. Os demais itens do ativo imobilizado, ainda que sujeitos ao teste de *impairment*, são inventariados anualmente e caso não sejam localizados, a perda é registrada em outras despesas operacionais.

Os itens do ativo intangível, *softwares* adquiridos de terceiros, desenvolvidos internamente e licenças de direito de uso, por serem adquiridos/desenvolvidos com o objetivo de atender às necessidades do Banco e adequar o ambiente tecnológico ao modelo de negócios da Instituição, não possuem ativos semelhantes no mercado, inviabilizando a estimativa do seu valor justo líquido da despesa de venda e a obtenção do seu valor em uso torna-se inviável devido ao custo de implementação de métrica que permita o seu cálculo. Portanto, para esses ativos, é feita somente a verificação do seu uso total ou parcial pela Instituição.

No exercício de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos *softwares* registrados no patrimônio da Instituição.

o. Depósitos a Prazo, de Poupança, Interfinanceiros, Judiciais e Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário, de Letras de Crédito de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pelas contas de despesas a apropriar e as operações pós-fixadas pelo valor presente, atualizadas pela taxa de juros e variação monetária, “pró-rata” dia, até a data do Balanço. Os compromissos de recompra ou compra de títulos de renda fixa, a preço fixo, estão integralmente lastreados pela carteira própria e por compromisso de revenda ou venda.

p. Apropriação das Rendas de Operações de Crédito, das Despesas de Depósitos, de Letras de Crédito Imobiliário e de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações ativas e passivas contratadas com encargos prefixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de “rendas e despesas a apropriar”. Os rendimentos e os encargos escriturados nas contas retificadoras são apropriados mensalmente às respectivas contas de receitas e despesas efetivas, em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações ativas e passivas com rendimentos/encargos postecipados são contabilizadas pelo valor inicial nas contas que registram os direitos e obrigações. Mensalmente, são escriturados nessas contas os juros e os ajustes do principal das operações decorrentes da variação da unidade de correção, a crédito e a débito das respectivas contas de receitas e de despesas efetivas.

q. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional.

- **Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.
- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da

capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- **Passivos Contingentes e Provisões** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, empregados, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas causas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As expectativas de perdas para as causas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

r. Benefícios a Empregados - Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazos, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do BANESTES relacionados a complemento de aposentadoria são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CVM n.º 110/2022 (Nota 25).

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedido anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajustes de avaliação atuarial, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

s. Tributos - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social - Setor Bancário	20,00%
Contribuição Social - Setores Segurador e Distribuidor	15,00%
Contribuição Social - Setor de Corretagens	9,00%
Cofins	4,00%
Cofins - Setor de Corretagens	7,60%
PIS	0,65%
PIS - Setor de Corretagens	1,65%
ISS	De 2,00% até 5,00%

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei n.º 12.973/2014.

t. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes - A Resolução BCB n.º 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 28.k.

u. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços - As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Sistema Financeiro BANESTES fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	167.921	167.962
Aplicações Interfinanceira de Liquidez (*)	5.425.636	5.430.047
Aplicações Voluntárias no Banco Central	516.999	516.999
Total	6.110.556	6.115.008

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	5.425.636	5.430.047
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	5.425.636	5.430.047
Letras Financeiras do Tesouro	2.229.758	2.229.708
Letras do Tesouro Nacional	994.999	994.999
Notas do Tesouro Nacional	2.200.879	2.205.340
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	328.325	328.325
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	5.753.961	5.758.372

b. Prazo de Vencimento

	Banestes Múltiplo						
	31/12/2025						
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	5.425.636	-	-	-	-	5.425.636
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	5.425.636	-	-	-	-	5.425.636
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.229.758	-	-	-	-	2.229.758
Letras do Tesouro Nacional	-	994.999	-	-	-	-	994.999
Notas do Tesouro Nacional	-	2.200.879	-	-	-	-	2.200.879
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	224.570	-	103.909	-	328.479
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	-	224.570	-	103.909	-	328.479
Total Bruto	-	5.425.636	224.570	-	103.909	-	5.754.115
Provisão para Perdas Esperadas							(154)
Total Líquido							5.753.961

	Banestes Consolidado						
	31/12/2025						
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	5.430.097	-	-	-	-	5.430.097
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	5.430.097	-	-	-	-	5.430.097
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.229.758	-	-	-	-	2.229.758
Letras do Tesouro Nacional	-	994.999	-	-	-	-	994.999
Notas do Tesouro Nacional	-	2.205.340	-	-	-	-	2.205.340
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	224.570	-	103.909	-	328.479
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	-	224.570	-	103.909	-	328.479
Total Bruto	-	5.430.097	224.570	-	103.909	-	5.758.576
Provisão para Perdas Esperadas							(204)
Total Líquido							5.758.372

c. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo			
	31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	5.425.636	7.369.551	7.369.551	-
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	5.425.636	7.369.551	7.369.551	-
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	328.325	379.230	-	379.230
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	5.753.961	7.748.781	7.369.551	379.230

	Banestes Consolidado			
	31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	5.430.047	7.374.064	7.374.064	-
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	5.430.047	7.374.064	7.374.064	-
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	328.325	379.230	-	379.230
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	5.758.372	7.753.294	7.374.064	379.230

d. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	1.067.538	1.067.700
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	44.456	44.456
Rendas de Aplicações Voluntárias no Banco Central	24.236	24.236
Ajuste a Valor de Mercado (1)	4.820	4.820
Total	1.141.050	1.141.212

(1) Ajuste a valor de mercado de Título Público (Garantia) recebido em liquidação de Operação Compromissada com o Banco Master. O registro foi feito nos termos do Inciso I do parágrafo 1º do art. 12 da Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por Categoria e Vencimento

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	32.550	213.980	237.829	484.359
Total	-	32.550	213.980	237.829	484.359

VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	714.293	3.566.134	10.239.810	14.520.237
Total	-	924.092	3.845.697	10.286.871	15.056.660
Provisão para Perdas Esperadas					(262)
Total - VJORA Líquido					15.056.398

Custo Amortizado					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	541.933	452.290	-	994.223
Total	-	968.036	1.290.086	113.280	2.371.402
Provisão para Perdas Esperadas					(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido					2.360.043

Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					17.912.421
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(11.621)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					17.900.800

	BANESTES Consolidado				
	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	32.550	298.835	148.525	479.910
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	33.358	-	-	-	33.358
Total	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Total	-	924.092	3.880.694	10.333.931	15.138.717
Provisão para Perdas Esperadas					(262)
Total - VJORA Líquido					15.138.455
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	541.933	452.290	48.797	1.043.020
Total	-	968.036	1.290.086	162.077	2.420.199
Provisão para Perdas Esperadas					(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido					2.408.840
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.072.184
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(11.621)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.060.563

b. Composição do Saldo por Estágio de Risco

	Banestes Múltiplo			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.423	-	-	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.520.237	-	-	14.520.237
Total	15.056.660	-	-	15.056.660
Provisão para Perdas Esperadas	(262)	-	-	(262)
Total - VJORA Líquido	15.056.398	-	-	15.056.398
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.291	-	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	950.800	-	16.088	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	994.223	-	-	994.223
Total	2.355.314	-	16.088	2.371.402
Provisão para Perdas Esperadas	(640)	-	(10.719)	(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido	2.354.674	-	5.369	2.360.043
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				17.416.441

	Banestes Consolidado			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.423	-	-	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.602.294	-	-	14.602.294
Total	15.138.717	-	-	15.138.717
Provisão para Perdas Esperadas	(262)	-	-	(262)
Total - VJORA Líquido	15.138.455	-	-	15.138.455
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.291	-	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	950.800	-	16.088	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	1.043.020	-	-	1.043.020
Total	2.404.111	-	16.088	2.420.199
Provisão para Perdas Esperadas	(640)	-	(10.719)	(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido	2.403.471	-	5.369	2.408.840
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				17.547.295

c. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	484.359	-	484.359	-	484.359
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	484.359	-	484.359	-	484.359
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.056.398	15.056.398	-	-	15.056.398
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.161	536.161	-	-	536.161
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.520.237	14.520.237	-	-	14.520.237
Custo Amortizado	2.360.043	1.762.581	547.162	-	2.309.743
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.099	-	415.617	-	415.617
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	955.721	838.903	110.686	-	949.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	994.223	923.678	20.859	-	944.537
Total	17.900.800	16.818.979	1.031.521	-	17.850.500

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	513.268	-	513.268	-	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	479.910	-	479.910	-	479.910
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	33.358	-	33.358	-	33.358
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.138.455	15.138.455	-	-	15.138.455
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.161	536.161	-	-	536.161
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.602.294	14.602.294	-	-	14.602.294
Custo Amortizado	2.408.840	1.811.378	547.162	-	2.358.540
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.099	-	415.617	-	415.617
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	955.721	838.903	110.686	-	949.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	1.043.020	972.475	20.859	-	993.334
Total	18.060.563	16.949.833	1.060.430	-	18.010.263

d. Ganhos e Perdas não Realizados

Os valores relativos a Títulos e Valores Mobiliários mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Próprios e de Controladas, contabilizados no Patrimônio Líquido, foram os seguintes:

Ajuste a Valor de Mercado VJORA	Saldo Anterior	Ganhos no Período	Perdas no Período	Impostos no Período	PDD VJORA	Saldo em 31/12/2025
		Não Realizado				
Próprios	(24.462)	(97.268)	113.875	(7.591)	261	(15.185)
De Controladas	(6.967)	2.379	(1.598)	-	-	(6.186)
Total	(31.429)	(94.889)	112.277	(7.591)	261	(21.371)

No exercício de 2025 foi transferido para Resultado por Alienação o montante de R\$ 14.110.

e. Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício de 2025 não ocorreram reclassificações nas categorias de Títulos e Valores Mobiliários.

f. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.050.819	2.064.588
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	76.208	86.977
Lucros com Títulos de Renda Fixa	9.396	9.396
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(1.370)	(1.370)
Prejuízos com Títulos de Renda Variável	-	(6.714)
Total	2.135.053	2.152.877

7. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a. Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	Forma de Remuneração	31/12/2025
Depósitos no Banco Central do Brasil		
Depósitos à Vista e outros Recursos	Sem Remuneração	101.048
Depósitos de Poupança	Índice Poupança	941.911
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	190.385
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	517.000
Total		1.750.344

b. Relações Interfinanceiras

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	Forma de Remuneração	31/12/2025
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice Poupança	2.862
SFH - Fundo de Compens. das Variações Salariais	TR + Juros	103.784
Provisão para Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	6.414
Total		105.059

c. Resultado das Aplicações Compulsórias

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/12/2025
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	74.176
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	44
Total	74.220

8. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS

a. Vencimento e Direcionamento dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado				
	31/12/2025				
	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer			Total
	A partir de 1 dia	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Cartões	61.958	679.702	269	-	741.929
Comercial	58.261	1.516.476	1.394.572	519.359	3.488.668
Imobiliário	1.901	133.806	262.488	2.382.236	2.780.431
Industrial	72	9.591	38.633	31.907	80.203
Pessoal - Consignado	9.639	689.520	1.056.007	1.964.297	3.719.463
Pessoal - Não Consignado	12.257	157.182	137.432	59.151	366.022
Reestruturação	18.919	74.222	98.135	104.593	295.869
Rural	8.320	666.301	346.115	223.524	1.244.260
Total	171.327	3.926.800	3.333.651	5.285.067	12.716.845
Provisão para Perdas Esperadas					(501.468)
Total Líquido					12.215.377

b. Reconciliação do Saldo Contábil Bruto de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	557.817	(112.550)	(11.667)	104.587	51	98.741	636.979
Comercial	2.515.769	(859.064)	(55.241)	258.702	70.637	603.439	2.534.242
Imobiliário	2.775.936	(87.624)	(23.973)	47.857	-	(35.714)	2.676.482
Industrial	5.096	(4.479)	(423)	-	-	75.627	75.821
Pessoal - Consignado	3.307.366	(86.166)	(16.113)	27.142	12	402.184	3.634.425
Pessoal - Não Consignado	284.369	(98.826)	(2.941)	33.907	-	66.513	283.022
Rural	770.676	(205.445)	(569)	47.657	284	486.095	1.098.698
Total	10.217.029	(1.454.154)	(110.927)	519.852	70.984	1.696.885	10.939.669

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	95.140	(104.587)	(50.131)	112.550	4.016	2.084	59.072
Comercial	616.179	(258.702)	(155.883)	859.064	20.862	(261.480)	820.040
Imobiliário	37.745	(47.857)	(22.644)	87.624	21.047	(2.917)	72.998
Industrial	-	-	-	4.479	-	(520)	3.959
Pessoal - Consignado	17.418	(27.142)	(49.441)	86.166	5.718	(2.084)	30.635
Pessoal - Não Consignado	47.071	(33.907)	(20.957)	98.826	1.253	(26.120)	66.166
Reestruturação	-	-	(5.533)	-	119.588	6.949	121.004
Rural	91.178	(47.657)	(9.503)	205.445	2.593	(101.341)	140.715
Total	904.731	(519.852)	(314.092)	1.454.154	175.077	(385.429)	1.314.589

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	31.072	(51)	(4.016)	11.667	50.131	(42.925)	45.878
Comercial	195.572	(70.637)	(20.862)	55.241	155.883	(180.811)	134.386
Imobiliário	14.414	-	(21.047)	23.973	22.644	(9.033)	30.951
Industrial	-	-	-	423	-	-	423
Pessoal - Consignado	49.296	(12)	(5.718)	16.113	49.441	(54.717)	54.403
Pessoal - Não Consignado	13.648	-	(1.253)	2.941	20.957	(19.459)	16.834
Reestruturação	326.386	-	(119.588)	-	5.533	(37.466)	174.865
Rural	3.493	(284)	(2.593)	569	9.503	(5.841)	4.847
Total	633.881	(70.984)	(175.077)	110.927	314.092	(350.252)	462.587

Total dos 3 Estágios				Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões				684.029	57.900	741.929
Comercial				3.327.520	161.148	3.488.668
Imobiliário				2.828.095	(47.664)	2.780.431
Industrial				5.096	75.107	80.203
Pessoal - Consignado				3.374.080	345.383	3.719.463
Pessoal - Não Consignado				345.088	20.934	366.022
Reestruturação				326.386	(30.517)	295.869
Rural				865.347	378.913	1.244.260
Total				11.755.641	961.204	12.716.845

c. Reconciliação do Saldo de Perdas Esperadas de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	5.814	(7.293)	(15.479)	1.031	7	19.727	3.807
Comercial/Pessoal - Não Consignado	53.987	(21.986)	(8.204)	3.735	9.977	14.555	52.064
Imobiliário	28.761	(4.562)	(5.368)	1.114	-	(7.149)	12.796
Industrial	56	(1)	(4)	-	-	1.052	1.103
Pessoal - Consignado	91.815	(2.573)	(3.771)	232	8	(52.441)	33.270
Rural	19.112	(7.352)	(41)	2.052	153	(4.061)	9.863
Total	199.545	(43.767)	(32.867)	8.164	10.145	(28.317)	112.903

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	2.520	(1.031)	(51.213)	7.293	2.841	41.290	1.700
Comercial/Pessoal - Não Consignado	11.477	(3.735)	(32.668)	21.986	10.669	36.873	44.602
Imobiliário	1.442	(1.114)	(4.423)	4.562	6.303	(1.441)	5.329
Industrial	-	-	-	1	-	455	456
Pessoal - Consignado	117	(232)	(9.074)	2.573	3.945	3.599	928
Reestruturação	-	-	(778)	-	66.750	(52.736)	13.236
Rural	4.700	(2.052)	(2.539)	7.352	1.557	(2.711)	6.307
Total	20.256	(8.164)	(100.695)	43.767	92.065	25.329	72.558

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	28.404	(7)	(2.841)	15.479	51.213	(50.599)	41.649
Comercial/Pessoal - Não Consignado	93.188	(9.977)	(10.669)	8.204	32.668	(21.626)	91.788
Imobiliário	5.775	-	(6.303)	5.368	4.423	595	9.858
Industrial	-	-	-	4	-	404	408
Pessoal - Consignado	45.361	(8)	(3.945)	3.771	9.074	(5.821)	48.432
Reestruturação	200.275	-	(66.750)	-	778	(14.478)	119.825
Rural	2.569	(153)	(1.557)	41	2.539	608	4.047
Total	375.572	(10.145)	(92.065)	32.867	100.695	(90.917)	316.007

Total dos 3 Estágios	Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	36.738	10.418	47.156
Comercial/Pessoal - Não Consignado	158.652	29.802	188.454
Imobiliário	35.978	(7.995)	27.983
Industrial	56	1.911	1.967
Pessoal - Consignado	137.293	(54.663)	82.630
Reestruturação	200.275	(67.214)	133.061
Rural	26.381	(6.164)	20.217
Total	595.373	(93.905)	501.468

d. Concentração dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/12/2025	
	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	733.970	5,8
50 Seguintes Maiores Devedores	1.021.201	8,0
100 Seguintes Maiores Devedores	736.440	5,8
Demais Devedores	10.225.234	80,4
Total da Carteira	12.716.845	100,0

e. Operações de Crédito Reestruturadas

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/12/2025
Saldo inicial	326.386
Reestruturação/Liquidação/Amortização	(30.517)
Saldo final	295.869
Provisão para perdas esperadas	(133.061)
Total de operações de crédito reestruturadas líquido de perdas esperadas	162.808
Percentual de perda esperada sobre operações de crédito reestruturadas	44,97%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (bruto)	2,33%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (líquido)	1,33%

f. Rendas de Operações de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.118
Rendas de Empréstimos	1.524.389
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.842
Rendas de Financiamentos	44.356
Rendas de Financiamentos a Exportação	30.043
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Livres	321
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Obrigatórias	32.175
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direcionado de LCA	60.578
Rendas de Financiamentos Rurais - Fontes Públicas	15.979
Rendas de Financiamentos de Empreend. Imobiliários	290.958
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	77.228
Rendas de Outras Operações com Característica de Crédito	1.246
Total	2.096.233

g. Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	31/12/2025			
	Saldo inicial	Efeito líquido no Resultado	Transferência para Prejuízo	Saldo final
Cartões	(36.738)	(47.952)	37.534	(47.156)
Comercial/Pessoal - Não Consignado	(158.652)	(137.914)	108.112	(188.454)
Imobiliário	(35.978)	5.001	2.994	(27.983)
Industrial	(56)	(1.911)	-	(1.967)
Pessoal - Consignado	(137.293)	3.520	51.143	(82.630)
Reestruturação	(200.275)	6.521	60.693	(133.061)
Rural	(26.381)	(3.698)	9.862	(20.217)
Total	(595.373)	(176.433)	270.338	(501.468)

9. CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Os financiamentos imobiliários no montante de R\$ 2.770.531 são efetuados de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). As operações são garantidas por hipoteca em 1º grau ou por alienação fiduciária dos imóveis financiados e contam com seguros que cobrem riscos de morte e invalidez permanente do devedor e danos físicos do imóvel financiado. As apropriações das receitas são efetuadas de acordo com a periodicidade de capitalização prevista contratualmente.

Esse montante encontra-se segregado da seguinte forma:

- Operações contratadas de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, totalizam um montante de R\$ 2.076.689;
- As operações contratadas no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI, totalizam um montante de R\$ 693.842.

As liquidações antecipadas e os saldos remanescentes ao término do prazo contratual na Carteira de Crédito Imobiliário, cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), estão apresentados sob o título de Créditos Vinculados - SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, na rubrica Relações Interfinanceiras, e montam R\$ 103.784. Em 31 de dezembro de 2025 encontra-se provisionado o valor de R\$ 11.714, com objetivo de cobrir perdas decorrentes de contratos que poderiam ser inabilitados pelo administrador do FCVS.

Os créditos junto ao FCVS assumidos pela União (Lei n.º 10.150/2000) serão convertidos em títulos federais com retorno no prazo de 30 (trinta) anos, sempre contados a partir de 01/01/1997, com pagamento mensal de juros (6,17% a.a., para contratos com recursos próprios, e 3,12% a.a., com recursos do FGTS) a partir de 01/01/2005, e pagamento de principal a partir de 01/01/2009, com prestações calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC.

10. OUTROS ATIVOS

a. Outros Ativos Financeiros e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Circulante	639.830	716.570
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	620.585	620.585
Rendas a Receber	21.300	3.009
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	2.340	2.340
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(4.395)	(4.395)
Prêmios de Seguros a Receber	-	67.199
Créditos de Operações de Resseguros	-	27.832
Não Circulante	7.340	7.340
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	7.559	7.559
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(219)	(219)

b. Outros Ativos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Circulante	242.742	268.774
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5.072	7.234
Devedores por Depósitos em Garantia:	25.672	25.672
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	15.343	15.343
INSS - Diversas NFLD	15.343	15.343
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	8.002	8.002
* Outros Depósitos Judiciais	2.327	2.327
Impostos e Contribuições a Compensar:	61.086	61.319
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	61.086	61.319
Pagamentos a Ressarcir	12.983	36.507
Participações pagas Antecipadamente	19.026	19.026
Devedores Diversos - País	94.068	94.069
Valores a Receber de Sociedade Ligadas	-	110
Outros	24.835	24.837
Não Circulante	198.221	208.823
Devedores por Depósitos em Garantia:	174.499	184.852
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	82.293	90.131
INSS - Diversas NFLD	40.374	47.752
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991	38.576	38.576
Outros Depósitos para Interposição Fiscal	3.343	3.803
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	37.341	37.484
* Outros Depósitos Judiciais	54.865	57.237
Impostos e Contribuições a Compensar:	17	266
* Créditos Oriundos de Decisões Transitadas em Julgado (2)	-	249
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	17	17
Pagamentos a Ressarcir	323	323
Títulos e Créd. a Receber - sem Carac. Conc. Crédito	5.120	5.120
Devedores Diversos - País	20.875	20.875
Provisão para Outros Créditos s/ Caract. de Concessão de Crédito	(2.613)	(2.613)

(1) Vide descrição de Processos Judiciais na Nota Explicativa n.º 23;

(2) Está registrado em Impostos e Contribuições a Compensar no Ativo Não Circulante, no BANESTES Consolidado, o valor de R\$ 249, relativo ao saldo do crédito ainda não homologado pela Receita Federal, oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.os 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.º 2.445/1988 e 2.449/1988, foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/70 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 24/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ e o BANESTES Múltiplo já utilizou todo o crédito;

O valor que estava registrado em Impostos e Contribuições a Compensar no Ativo Não Circulante, no BANESTES Consolidado no montante de R\$ 1.649, referente ao crédito gerado em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis n.º 7.787/1989 (art.7º), n.º 7.849/1989 (art.1º) e n.º 8.147/1990 (art.1º), cujo processo no mérito transitou em julgado, foi pago à BANESTES DTVM no terceiro trimestre de 2025 por meio de precatório.

11. OUTROS VALORES E BENS

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Circulante	45.524	85.560
Outros Valores e Bens	8.804	22.640
Material em Estoque	2.413	3.532
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	6.391	19.108
Veículos	197	12.914
Imóveis Habitacionais	2.339	2.339
Outros Imóveis	3.855	3.855
Despesas Antecipadas	36.720	37.652
Custos de Aquisição Diferidos	-	25.268
Não Circulante	63.935	65.620
Outros Valores e Bens	38.435	38.696
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	38.435	38.696
Imóveis Habitacionais	11.091	11.091
Outros Imóveis	27.800	27.800
Outros Investimentos	17	278
Prov. p/ Desvalorização de Ativos Não Fin. Mant. p/ Venda - Recebidos	(473)	(473)
Despesas Antecipadas	25.500	25.500
Custos de Aquisição Diferidos	-	1.424

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Banestes Múltiplo
	31/12/2025
Saldo no início do período	381.598
Aumento de Capital de Controladas	1.000
Resultado de Participações em Controladas	106.459
Ajuste T.V.M. no Patrimônio Líquido das Controladas	781
Ajuste Adoção Inicial Res. nº 4.966/2021 no Patrimônio Líquido das Controladas	(27)
Dividendos	(25.698)
Saldo no fim do período	464.113

Principais dados relativos às sociedades e fundo controlados:

	BANESTES Seguros S.A.	BANESTES Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários S.A.	BANESTES Adm. Cor. de Seg., Prev. e Capitaliz. Ltda.	BANESTES Loteria S.A.	Fundo BANESTES FIC MEZA	Total
Capital Realizado Atualizado (*)						
31 de dezembro de 2025	186.326	150.462	58.000	2.000	91.150	487.938
Patrimônio Líquido Ajustado						
31 de dezembro de 2025	239.543	224.313	117.610	257	89.305	671.028
Quantidade Ações Ordinárias/Cotas possuídas (mil)						
31 de dezembro de 2025	1.436	1.832	58.000	2.000	91	63.359
Percentual de Participação						
31 de dezembro de 2025	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	-
Lucro Líquido acumulado em						
31 de dezembro de 2025	42.628	65.574	46.980	(1.694)	9.168	162.656
Saldo das Operações em Controladas						
Ativos (Passivos)						
31 de dezembro de 2025	(118.110)	(97.446)	(151.201)	(525)	89.305	(277.977)
Receitas (Despesas) acumuladas em						
31 de dezembro de 2025	(9.929)	(11.015)	(14.040)	(43)	9.168	(25.859)
Resultado da Equivalência Patrimonial						
31 de dezembro de 2025	42.628	65.574	-	(1.743)	-	106.459
Valor Contábil dos Investimentos						
31 de dezembro de 2025	239.543	224.313	-	257	-	464.113

(*) BANESTES Loteria S.A., ocorreu no período aumento de capital com subscrição de ações no valor de R\$ 1.000, por meio de recursos próprios do Banco BANESTES na controlada BANESTES Loteria S.A..

O BANESTES participa indiretamente da BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. por meio de sua controlada BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que detém 99,9990% de suas cotas.

As Demonstrações Financeiras das sociedades controladas são auditadas periodicamente pelos mesmos auditores independentes do BANESTES S.A..

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações do BANESTES Múltiplo com o controlador e com as sociedades e fundo controlados:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no exercício de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital Próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 217.777.

Transação	31/12/2025	31/12/2025
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	10.671	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(7.631)	-
BANESTES Seguros S.A.	10.124	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	8.178	-
Depósitos à Vista (2):	(20.680)	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(18.795)	-
BANESTES Seguros S.A.	(1.121)	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(21)	-
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	(743)	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.521.533)	(781.911)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.370.379)	(765.768)
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	(150.624)	(16.037)
BANESTES Loteria S.A.	(530)	(106)
Obrigações por Operações Compromissadas (2):	(233.381)	(29.311)
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(105.797)	(13.336)
BANESTES Seguros S.A.	(127.584)	(15.975)
Demais Transações (3):	224.978	30.913
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	(832)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	134.837	18.311
Prodest Hospedagem equipamentos TIC em Data Center	-	(1.855)
Fundação Baneses de Seguridade Social - Baneses	-	(3.929)
Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	(377)
BANESTES Seguros S.A.	471	6.046
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	194	2.321
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	166	1.997
BANESTES Loteria S.A.	5	63
Fundo BANESTES FIC MEZA	89.305	9.168
Total	(5.539.945)	(780.309)

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o BANESTES, o Controlador e as sociedades e fundo controlados.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelas empresas controladas e pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco;

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança, convênio de cooperação técnica entre o BANESTES e as empresas do conglomerado e o Controlador e são cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.

b. Remuneração do Pessoal - Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	Banestes Múltiplo			
	31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações pagas	1.212	4.230	338	282
Participação nos resultados	520	1.427	-	-
Total	1.732	5.657	338	282

Benefícios	Banestes Consolidado			
	31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações Pagas	1.705	8.634	884	282
Participação nos resultados	228	2.806	-	-
Benefícios pós-emprego	-	265	-	-
Total	1.933	11.705	884	282

c. Programa de Remuneração Variável:

O programa de remuneração variável do Banco BANESTES foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O modelo de “Remuneração Variável” obedece às seguintes diretrizes:

a) a “Remuneração Variável” dos membros do Conselho de Administração da Sociedade será devida de acordo com o alcance das metas estabelecidas para os Diretores Estatutários, observada a média dos resultados dos Diretores e mesma proporção de 30% sobre esta média;

b) O pagamento da “Remuneração Variável” dos Diretores da Sociedade e dos Administradores das empresas subsidiárias e controlada será composto por:

I. Parcela denominada “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR”, estabelecendo que essa participação obedecerá aos mesmos critérios fixados para os empregados da Sociedade na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT nacional dos bancários;

II. “Parcela de Atingimento de Metas Individuais - PAMI”, estabelecidas pelo CONSE em Contrato de Gestão para cada Diretor, cujo valor pode variar de zero até o limite de 4 (quatro) vezes os Honorários Mensais; e o valor da parcela proporcional ao atingimento de metas individuais da “Remuneração Variável” dos Diretores (PAMI) será correspondente ao nível de atingimento das Metas estabelecidas no Contrato de Gestão, sendo:

- até 80% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela zerada (PAMI = 0);
- acima de 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela igual a 4,0 Honorários Mensais (PAMI = 4,0 Honorários Mensais);
- entre 80,01% e 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela (PAMI) entre 0 e 4,0 Honorários Mensais proporcionalmente, conforme a seguinte fórmula:

$$PAMI = \frac{AMI\% - 80\%}{35,01\%} \% \times 4,0HM$$

Onde:

- PAMI = Parcela de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;
- AMI%= Percentual de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;
- HM = Honorários Mensais.

c) Pagamento: o pagamento da “Remuneração Variável” dos administradores será realizado com 50% em espécie e 50% em instrumento baseado em ações, fazendo a conversão deste montante em quantidade de ações, tendo por base o valor da ação de mercado BEES3 do BANESTES no primeiro dia útil do exercício de referência, considerando que a variação do valor da ação no decorrer do exercício já será fruto da administração em curso; do valor referenciado em instrumento baseado em ações, 5% serão pagos juntamente com os 50% pagos em espécie e revertidos para reais pelo valor da ação de mercado BEES3 no último dia útil do exercício de referência. Sendo assim, 55% do valor a receber como “Remuneração Variável” pelos Diretores da Sociedade e das empresas subsidiárias e controlada serão pagos no exercício seguinte ao de apuração (referência); os 45% restantes do valor referenciado em instrumento baseado em ações serão diferidos para pagamento em 3 (três) parcelas iguais de 15%, sendo cada uma delas paga em um dos três anos seguintes; as parcelas diferidas terão a quantidade de ações revertida em reais utilizando o valor da ação de mercado BEES3 da ação no último dia útil do ano anterior ao de pagamento; o pagamento será sempre realizado após a divulgação dos resultados da companhia no ano findo, da distribuição de dividendos aos acionistas e pagamento da “PLR” e “REV” dos colaboradores, e será sempre efetuado anualmente em uma única data.

d. Participação Acionária:

O Estado e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam as seguintes participações acionárias no BANESTES:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Espírito Santo	240.758.682	94,75	90.188.560	96,56
Conselho de Administração e Diretoria	374.110	0,15	278.650	0,30
Total	241.132.792	94,90	90.467.210	96,86

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banestes Múltiplo							
	31/12/2025							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
01/01/2025	3.516	54.814	32.703	118.231	20.761	74.718	8.029	312.772
Aquisições	-	6.030	7.496	34.135	-	49.897	479	98.037
Alienações / Baixas	(443)	(785)	(318)	(4.457)	(109)	(520)	-	(6.632)
Transferências	-	-	(5.559)	5.340	219	-	14	14
Saldo Final	3.073	60.059	34.322	153.249	20.871	124.095	8.522	404.191
Depreciação								
Saldo em 01/01/2025	(2.135)	(32.085)	(18.506)	(89.345)	(14.643)	-	(6.323)	(163.037)
Depreciação do Período	(50)	(5.063)	(1.466)	(8.840)	(1.076)	(26.515)	(414)	(43.424)
Baixas / Alienações	190	786	287	4.429	109	520	-	6.321
Saldo Final	(1.995)	(36.362)	(19.685)	(93.756)	(15.610)	(25.995)	(6.737)	(200.140)
Saldo Líquido Final	1.078	23.697	14.637	59.493	5.261	98.100	1.785	204.051
Saldo Líquido em 01/01/2025	1.381	22.729	14.197	28.886	6.118	74.718	1.706	149.735

	Banestes Consolidado							
	31/12/2025							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
01/01/2025	4.049	56.073	33.447	120.262	20.992	80.989	8.029	323.841
Aquisições	-	6.030	7.612	34.137	-	50.151	479	98.409
Alienações / Baixas	(443)	(785)	(318)	(4.457)	(109)	(520)	-	(6.632)
Transferências	-	-	(5.559)	5.340	219	-	14	14
Saldo Final	3.606	61.318	35.182	155.282	21.102	130.620	8.522	415.632
Depreciação								
Saldo em 01/01/2025	(2.407)	(32.634)	(19.010)	(90.361)	(14.759)	(815)	(6.323)	(166.309)
Depreciação do Período	(63)	(5.201)	(1.522)	(9.148)	(1.110)	(28.060)	(414)	(45.518)
Baixas / Alienações	190	786	287	4.429	109	520	-	6.321
Saldo Final	(2.280)	(37.049)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(28.355)	(6.737)	(205.506)
Saldo Líquido Final	1.326	24.269	14.937	60.202	5.342	102.265	1.785	210.126
Saldo Líquido em 01/01/2025	1.642	23.439	14.437	29.901	6.233	80.174	1.706	157.532

15. INTANGÍVEL

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 01/01/2025	210.311	12.127	278.055	85.954	586.447
Aquisições	14.748	-	48.354	32.155	95.257
Alienações / Baixas	-	(14)	(730)	-	(744)
Transferências	70.669	-	(13)	(70.656)	-
Saldo Final	295.728	12.113	325.666	47.453	680.960
Amortização					
Saldo em 01/01/2025	(106.543)	(7.933)	(106.583)	-	(221.059)
Amortização do Período	(19.912)	(555)	(55.455)	-	(75.922)
Baixas / Alienações	-	15	-	-	15
Saldo Final	(126.455)	(8.473)	(162.038)	-	(296.966)
Saldo Líquido Final	169.273	3.640	163.628	47.453	383.994
Saldo Líquido em 01/01/2025	103.768	4.194	171.472	85.954	365.388

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 01/01/2025	214.350	12.127	293.682	85.954	606.113
Aquisições	15.169	-	55.452	32.155	102.776
Alienações / Baixas	-	(14)	(730)	-	(744)
Transferências	70.669	-	(13)	(70.656)	-
Saldo Final	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Amortização					
Saldo em 01/01/2025	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Período	(20.434)	(555)	(55.999)	-	(76.988)
Baixas / Alienações	-	15	-	-	15
Saldo Final	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Saldo Líquido Final	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959
Saldo Líquido em 01/01/2025	104.120	4.194	185.632	85.954	379.900

(*) São ativos intangíveis em desenvolvimento.

16. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a. Depósitos e Captações

	Banestes Múltiplo						
	31/12/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.520.888	2.399.681	11.172.200	352.398	24.445.167	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.176.939	11.172.200	352.398	13.701.537	2,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	222.742	-	-	222.742	3,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.839.264	-	-	-	4.839.264	1,32% a.m.	1,36% a.m.
Depósitos - Poupança	4.719.128	-	-	-	4.719.128	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	953.043	-	-	-	953.043	-	-
Depósitos - Outros	9.453	-	-	-	9.453	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	10.293	183.189	173.554	3.711	370.747	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.664.118	-	-	9.664.118	10,43% a.a.	14,90% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	1.794	1.282.967	-	1.284.761	11,92% a.a.	14,90% a.a.
Total	10.531.181	12.248.782	12.628.721	356.109	35.764.793		

	Banestes Consolidado						
	31/12/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.519.003	2.399.151	11.021.576	352.398	24.292.128	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.176.409	11.021.576	352.398	13.550.383	2,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	222.742	-	-	222.742	3,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.839.264	-	-	-	4.839.264	1,32% a.m.	1,36% a.m.
Depósitos - Poupança	4.719.128	-	-	-	4.719.128	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	951.158	-	-	-	951.158	-	-
Depósitos - Outros	9.453	-	-	-	9.453	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	10.293	183.189	173.554	3.711	370.747	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.430.737	-	-	9.430.737	10,43% a.a.	14,90% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	1.794	1.282.967	-	1.284.761	11,92% a.a.	14,90% a.a.
Total	10.529.296	12.014.871	12.478.097	356.109	35.378.373		

(*) Taxas mínimas e máximas na nota 17.

b. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos - A Prazo	13.701.537	-	13.371.985	-	13.371.985
Depósitos - Interfinanceiros	222.742	-	218.538	-	218.538
Obrigações por Operações Compromissadas	9.664.118	-	9.649.149	-	9.649.149
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.284.761	-	1.286.215	-	1.286.215
Total	24.873.158	-	24.525.887	-	24.525.887

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos - A Prazo	13.550.383	-	13.215.426	-	13.215.426
Depósitos - Interfinanceiros	222.742	-	218.538	-	218.538
Obrigações por Operações Compromissadas	9.430.737	-	9.422.771	-	9.422.771
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.284.761	-	1.286.215	-	1.286.215
Total	24.488.623	-	24.142.950	-	24.142.950

c. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Despesas de Depósitos de Poupança	(359.077)	(359.077)
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	(15.163)	(15.163)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.520.362)	(1.504.219)
Despesas de Depósitos Judiciais e Administrativos	(497.549)	(497.549)
Despesas de Depósitos Especiais	(667)	(667)
Despesas de Operações Compromissadas	(1.357.514)	(1.328.203)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(98.232)	(98.232)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(62.780)	(62.780)
Despesas de Contrib. ao Fundo Garantidor de Crédito	(24.704)	(24.704)
Total	(3.936.048)	(3.890.594)

17. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados a clientes, fomentando o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

a. Obrigações por Repasses

Instituição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	Linha	31/12/2025		
		Recursos Captados	Taxa mínima	Taxa máxima
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Automático/FINAME	50.892	1,00%	15,81%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	BNDES	37.856	4,40%	4,40%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FUNCAFÉ	181.999	8,00%	11,50%
Caixa Econômica Federal	OUTROS	100.000	6,17%	6,17%
Total		370.747	-	-

b. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/12/2025
Despesas de Repasses - BNDES	(98)
Despesas de Repasses - FINAME	(1.899)
Despesas de Repasses - Outras Instituições Oficiais	(16.958)
Total	(18.955)

18. ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Para a garantia das Provisões Técnicas, a Controlada BANESTES Seguros S.A. manteve os seguintes ativos:

	Banestes Consolidado
	31/12/2025
Provisões Técnicas	163.596
Direitos Creditórios	(54.468)
Ativos de Resseguro - Redutores	(230)
Total a ser Coberto das Provisões Técnicas Líquido dos Ativos Redutores (A)	108.898
Necessidade de Ativos Líquidos (B)	13.962
Ativos Garantidores	
Títulos de Renda Fixa - Públicos	258.438
Total (C)	258.438
Excedente de Garantia (C-A-B)	135.578

19. PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS

Grupos de Ramos	Banestes Consolidado		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidades (%)	Comercialização (%)
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Automóvel	161.448	69,52	19,48
Pessoas (1)	210.558	31,68	21,75
Patrimonial (2)	7.336	2,35	46,52
Vida Individual	6.588	2,56	58,99
Total	385.930	46,46	21,91

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Prestamista;

(2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

20. COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Auto	Pessoas	Patrimonial	Vida Individual	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	77.868	12.559	3.450	5.838	99.715
Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.549	331	60	152	2.092
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	34.496	14.555	135	21	49.207
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	2.841	8.806	51	29	11.727
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	215	71	11	1	298
Outras Provisões	505	34	18	-	557
Total das Provisões em 31/12/2025	117.474	36.356	3.725	6.041	163.596
Ativos de Resseguro - Redutores	-	230	-	-	230
Ativos de Resseguro Redutores do PSL	-	188	-	-	188
Ativos de Resseguro Redutores do IBNR	-	42	-	-	42
Ativos de Resseguro Redutores em 31/12/2025	-	230	-	-	230
Custos de Aquisição Diferidos em 31/12/2025	13.864	7.504	1.760	3.564	26.692

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Tributação s/ o Lucro e Participações	587.846	587.846	658.055	658.055
Encargos de Imp. Renda e Contr. Soc. às Alíq. Vigentes (Nota 3.s)	(146.962)	(117.569)	(164.514)	(131.611)
Ajustes aos Encargos de Imp. Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	51.707	41.366	51.707	41.366
Resultado de Equivalência Patrimonial	26.615	21.291	38.336	28.338
Adições (Exclusões) de Caráter Permanente	35.185	28.608	(1.363)	14.649
Adições (Exclusões) de Caráter Temporário	(15.203)	(12.163)	(16.818)	(13.134)
Total dos Valores Devidos	(48.658)	(38.467)	(92.652)	(60.392)
Realização da Reserva de Reavaliação	72	58	72	58
Incentivos Fiscais	4.034	-	4.265	-
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Correntes	(44.552)	(38.409)	(88.315)	(60.334)
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Diferidos	(1.493)	(1.195)	(1.404)	(1.142)
Ativo Fiscal Diferido	15.203	12.163	16.747	13.086
Total da Despesa c/ Imp. Renda e Contr. Social	(30.842)	(27.441)	(72.972)	(48.390)

A alíquota efetiva de IR e CS é de 9,91% para o período findo em 31/12/2025.

b. Tributos Diferidos

b.1 Saldo de Créditos Tributários e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	154.696	387.731	(364.973)	177.454
Ações Trabalhistas	28.519	7.801	(5.446)	30.874
Ações Cíveis	26.849	5.261	(4.741)	27.369
Contingências Fiscais	17.517	1.171	(405)	18.283
Outras Contingências	13.823	62.249	(61.282)	14.790
Total de Adições Temporárias	241.404	464.213	(436.847)	268.770
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	241.404	464.213	(436.847)	268.770
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução n.º 4.966/2021	-	101.825	-	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	20.055	9.214	(16.845)	12.424
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	20.055	111.039	(16.845)	114.249
Total Geral dos Créditos Tributários	261.459	575.252	(453.692)	383.019
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	261.459	575.252	(453.692)	383.019

	Banestes Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	154.696	387.753	(364.975)	177.474
Ações Trabalhistas	28.552	8.185	(5.789)	30.948
Ações Cíveis	27.308	6.384	(5.377)	28.315
Contingências Fiscais	17.691	7.209	(4.438)	20.462
Outras Contingências	14.315	68.448	(67.550)	15.213
Total de Adições Temporárias	242.562	477.979	(448.129)	272.412
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	242.562	477.979	(448.129)	272.412
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução n.º 4.966/2021	-	101.825	-	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	24.700	32.371	(40.523)	16.548
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	24.700	134.196	(40.523)	118.373
Total Geral dos Créditos Tributários	267.262	612.175	(488.652)	390.785
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	267.262	612.175	(488.652)	390.785

b.2 Saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias	18.184	2.689	(1)	20.872
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	39	781	(821)	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(130)	(825)
Total Geral dos Débitos Tributários	17.528	3.470	(952)	20.046

	Banestes Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias	20.284	2.801	(255)	22.830
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	39	781	(821)	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(130)	(825)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	3.582	(1.206)	22.004

A ativação/manutenção do crédito tributário está fundamentada em estudos técnicos demonstrativos da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. O BANESTES S.A. utilizou a alíquota de 25% para IRPJ e 20% para CSLL. A BANESTES Seguros e a Banestes DTVM aplicaram as alíquotas de IRPJ 25% e de CSLL 15% e a Banestes Corretora as alíquotas de 25% e 9% para IRPJ e CSLL, respectivamente.

b.3 Expectativa de Realização do Crédito Tributário e Crédito Tributário a Valor Presente:

	Banestes Múltiplo		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2026	41.058	32.846	73.904
2027	33.840	27.072	60.912
2028	35.901	28.721	64.622
2029	23.412	18.729	42.141
2030	23.412	18.729	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	99.299
Total	212.789	170.230	383.019
Valor Presente (*)	151.226	120.981	272.207

	Banestes Consolidado		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2026	41.084	32.858	73.942
2027	33.840	27.072	60.912
2028	40.731	31.619	72.350
2029	23.412	18.729	42.141
2030	23.412	18.729	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	99.299
Total	217.645	173.140	390.785
Valor Presente (*)	154.857	123.156	278.013

(*) No cálculo do valor presente, foi adotada a taxa média de captação ao ano, utilizada pelo Banco para estudo de viabilidade técnica, de realização de Crédito Tributário.

(*) Conforme art. 6º da Lei n.º 14.467/2022, alterado pela Lei n.º 15.078/2024, o saldo existente em 31/12/2024 da Provisão de Devedores Duvidosos será realizado à razão de 1/84 (um oitenta e quatros avos) para cada mês de período de apuração, a partir de janeiro de 2026.

22. OUTROS PASSIVOS

a. Outros Passivos Financeiros e Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/12/2025
Circulante	27.750
Credores por Recursos a Liberar	18.514
Receitas a Apropriar	3.480
Provisão para Compromisso de Crédito	5.756
Não Circulante	735
Credores por Recursos a Liberar	515
Provisão para Crédito a Liberar	105
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (*)	115

(*) O saldo de Garantias Financeiras Prestadas é de R\$ 35.213. As contra-garantias estão representadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos favorecidos e/ou garantia real de bens.

b. Outros Passivos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Circulante	768.684	1.007.097
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	142.949	142.949
Sociais e Estatutárias	117.534	126.307
Fiscais e Previdenciárias	37.885	52.051
Passivo de Arrendamento	22.118	23.671
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.272	23.162
Obrigações por Convênios Oficiais	52.338	52.338
Salários e Vencimentos - Res. n.º 5.058 - CMN	141.691	141.691
Provisão para Pagamentos a Efetuar	63.921	107.165
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	13.680	13.680
Credores Diversos - País	155.296	159.583
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	3.972
Provisões Técnicas	-	160.517
Outros	-	11
Não Circulante	96.461	124.087
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	18.873	24.717
Passivo de Arrendamento	76.137	79.087
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	11.514
Credores Diversos - País	-	4.239
Provisões Técnicas	-	3.079
Outros	1.451	1.451

23. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS

O BANESTES e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas provisões são apresentadas a seguir:

Natureza	Banestes Múltiplo					Banestes Consolidado				
	31/12/2025									
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.378	59.665	38.914	433	162.390	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	17.334	11.690	2.551	59	31.634	17.641	13.421	7.879	59	39.000
Pagamentos/Reversões	(12.101)	(10.536)	(839)	(309)	(23.785)	(12.352)	(11.010)	(1.311)	(309)	(24.982)
Saldo Atual	68.611	60.819	40.626	183	170.239	68.806	63.218	46.458	183	178.665

A Administração do BANESTES entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

Processos Trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando obter indenizações, de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução nº 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31/12/2025, o BANESTES possuía provisão trabalhista de R\$ 68.611 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 68.806 (BANESTES Consolidado), sendo que encontrava-se registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 42.242 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 42.281 (BANESTES Consolidado) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.101 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 3.205 (BANESTES Consolidado).

Processos Cíveis - São demandas que tem por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere a pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada, dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

Processos Fiscais - O Sistema Financeiro BANESTES discute judicialmente e administrativamente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e caso aplicável o respectivo depósito judicial:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Natureza - Fiscal				
INSS - Diversas NFLD (1)	10.586	55.717	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 (2)	27.895	38.576	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.109	-	2.511	-
Outros	36	3.343	36	3.803
Total	40.626	97.636	46.458	105.474

(1) **Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como "autor" ou "réu" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras

verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 10.346 (BANESTES Múltiplo e Consolidado).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 244.119 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 296.225 (BANESTES Consolidado).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R\$ 99 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 476 (BANESTES Consolidado), referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.000 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. Após a aprovação do órgão regulador – Banco Central do Brasil – foi efetivado o aumento de capital, com a bonificação com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R\$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuíam na data de direito.

c. Reserva de Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Em 31/10/2005 foram reavaliados os imóveis registrados no Ativo Permanente, no desdobramento de subgrupo “Imóveis de Uso”, Terrenos e Edificações. A realização dessa Reserva de Reavaliação no exercício de 2025 por depreciação, foi de R\$ 44 e IRPJ e CSLL R\$ 20. Foi realizado também R\$ 244 referente ao valor residual de um terreno e respectivo imóvel, bem como valores dos impostos IRPJ e CSLL no valor de R\$ 110.

d. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/1976, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

d.1 Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/1976 exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do período para a reserva legal.

d.2 Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do capital social, conforme estabelecido no estatuto social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do capital social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.
- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

e. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

e.1 Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976, como dividendo obrigatório.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, o BANESTES optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos Dividendos Obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Base de Cálculo:	31/12/2025
Lucro Líquido do período	413.435
Reserva Legal	(20.672)
Realização de Reserva de Reavaliação Transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	158
Base de Cálculo	392.921
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Obrigatórios do período	236.828
Juros sobre o Capital Próprio	206.828
Dividendos	30.000

e.2 Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no exercício de 2025 no montante de R\$ 206.828, com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 1.521, exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 205.307, foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2026.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos trimestres de 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2025	22.500	(166)	22.334	0,071222171
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/2025	24.750	(181)	24.569	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário 2º semestre/2025	76.835	(566)	76.269	0,221106055
Dividendos do 2º semestre/2025	30.000	-	30.000	0,086329905
Total Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos do Período	236.828	(1.521)	235.307	0,711797874

e.3 Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 27/11/2023 a Política de Dividendos do BANESTES.

Em conformidade com sua Política de Dividendos, o Conselho de Administração do BANESTES aprovou as seguintes distribuições relativas ao exercício de 2025:

- **30 de junho de 2025**: Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 1º semestre, no valor bruto de R\$ 0,1194732273 por ação (ON e PN).

- **15 de dezembro de 2025**:

- JCP Intermediários: Valor bruto de R\$ 0,221106055 por ação (ON e PN), referentes ao encerramento do exercício.
- Dividendos Intermediários: Valor bruto de R\$ 0,086329905 por ação (ON e PN).
- Calendário 2026: Aprovação do cronograma de pagamentos de JCP mensais para o próximo exercício.

Os Fatos Relevantes pertinentes aos assuntos estão disponíveis no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão

de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESES e da Fundação BANESES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No exercício de 2025, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESES Múltiplo R\$ 17.319 e BANESES Consolidado R\$ 18.162. Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (deficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O exercício encerrado em 31/12/2025 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de

contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e CPC 33 (R1).

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria
Períodos findos em	31/12/2025
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido	
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.294.040
2. Custo do serviço	
a. Custo do serviço corrente	1.105
3. Custo dos juros	139.601
4. Fluxo de caixa	
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(142.256)
5. Outros eventos significativos	-
6. Redimensionamento da obrigação	
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	21.310
b. Efeito da experiência do plano	51.311
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	
8. Obrigação de benefício definido no final do período	1.365.111

	31/12/2025
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.604.983
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	166.895
3. Fluxo de caixa	
a. Contribuição do participante	10.361
b. Contribuição do patrocinador	7.294
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(142.256)
4. Outros eventos significativos	-
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	38.141
6. Efeito da mudança de câmbio	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do período	1.685.418

	31/12/2025
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa	
1. Obrigação de benefício definido	1.365.111
2. Valor justo do ativo do plano	(1.685.418)
3. Situação Financeira do plano	(320.307)
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	320.307
5. Passivo/(ativo) líquido	-

	31/12/2025
D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do período	
1. Custo do serviço	
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(9.256)
b. Custo total do serviço	(9.256)
2. Custo líquido dos juros	
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	139.601
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(166.895)
c. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	27.294
d. Custo total dos juros	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-
4. Despesa administrativa e imposto	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(9.256)

	31/12/2025
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo período	
1. Custo do serviço	
a. Custo do serviço corrente	999
Custo do serviço corrente bruto	999
Contribuições esperadas de ativos para próximo período	-
b. Custo do serviço passado	-
c. (Ganho)/Perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-
d. Custo total do serviço	999
2. Custo líquido dos juros	
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	167.061
b. Juros/(rendimento)sobre o valor justo dos ativo do plano	(206.260)
c. Juros/(rendimento) sobre o direito reembolsável	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) /passivo oneroso	39.199
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	999

	31/12/2025
F. Movimentação do Passivo Líquido	
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(310.943)
2. Despesa do ano	(9.256)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	(7.294)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do período	(34.481)
5. Variação no teto do ativo	(27.294)
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do período	(389.268)

	31/12/2025
Premissas para determinar a obrigação de benefício definido	
1.Taxa nominal de desconto	12,24%
2.Taxa de desconto atuarial	7,59%
3.Taxa nominal de crescimento salarial	0,00%
4.Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,32%
5. Taxa nominal de reajuste de benefício	0,00%

	31/12/2025
Premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido	
1.Taxa nominal de desconto	10,59%
2.Taxa de desconto atuarial	7,37%
3.Taxa nominal de crescimento salarial	4,03%
4.Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,00%
5.Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo

	31/12/2025
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	31,37
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	55,08

	31/12/2025
Análise de sensibilidade nas Hipóteses	
Taxa nominal de desconto	
1. Taxa nominal de desconto- 1,00%	1.453.953
Premissa da análise	6,59%
2. Taxa nominal de desconto+ 1,00%	1.270.191
Premissa da análise	8,59%

	31/12/2025
Fluxos de caixa esperados para os próximos anos	
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano	
Ano 1	145.749
Ano 2	142.897
Ano 3	139.873
Ano 4	136.679
Ano 5	133.314
Próximos 5 anos	610.337

	31/12/2025
Estatísticas dos participantes	
1. Ativos e autopatrocinados	
a. Quantidade	972
b. Folha anual de salários de participação	139.983
c. Salário de participação médio anual	144
d. Idade média	49,1
e. Tempo de serviço médio	22,8
2. Aposentados e pensionistas	
a. Quantidade	2.464
b. Benefício médio anual	116.710
c. Idade média	69,94

25.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

No exercício de 2025, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu ao BANESTES Múltiplo R\$ 10.009 e BANESTES Consolidado R\$ 10.282.

25.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no exercício de 2025 para o BANESTES Múltiplo R\$ 37.089 e BANESTES Consolidado R\$ 38.638.

26. LIMITES OPERACIONAIS

a. Índice de Basileia - Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, demonstrando a solvência da empresa. O Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Consolidado Prudencial.

A apuração dos limites operacionais é efetuada de forma consolidada na qual o BANESTES é a Instituição líder.

Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANESTES Consolidado Prudencial em 31/12/2025. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

	Banestes Consolidado
	Prudencial
	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	2.411.697
(-) Redução Ajustes Prudenciais	426.554
Ativos Intangíveis	384.449
Investimentos significativos em assemblhadas	40.355
Créditos tributários de diferença temporária	1.750
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.081.665
Exposições ao Risco:	
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.506.673
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.061.026
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	5.075
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	340
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.573.114
Margem sobre o PR considerando IRRBB ¹ e ACP ²	551.488
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,28%

1) IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

2) ACP - Adicional de Capital Principal.

Observação: Segundo a Resolução CMN n.º 4.958/2021 o fator F para requerimento mínimo de PR é igual a 0,0800, a partir da data-base de janeiro de 2019.

BANESTES Consolidado Prudencial - Composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

b. Índice de Imobilização - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.957/2021, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência em 31/12/2025 para o Consolidado Prudencial é de 25,07%, estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

O BANESTES possui uma Diretoria de Gestão de Riscos e Controles e unidades específicas para a gestão dos riscos operacional, de crédito, de mercado e IRRBB, de liquidez, social, ambiental e climática, do gerenciamento de capital e Basileia, devidamente segregadas das unidades de negócios. Essa estrutura é compatível com a natureza e a

complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e conta ainda com comitês específicos que analisam e deliberam acerca das matérias ligadas à gestão de risco, submetendo-as ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração.

Para mais informações a respeito do gerenciamento de riscos e de capital do BANESTES, acesse o nosso Relatório de Gerenciamento de Riscos na seção Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos em <https://ri.banestes.com.br/governanca-corporativa/gerenciamento-de-riscos>.

Análise de Sensibilidade

Procurando estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e gestão de risco, o BANESTES realiza as suas operações dentro dos limites operacionais, no qual cada operação que é realizada pela Instituição, dependendo dos objetivos, pode ser classificada da seguinte forma, de acordo com a Resolução n.º 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, e com a Resolução BCB n.º 111/2021, do Banco Central do Brasil, que se baseia nos conceitos de carteira definidos pelo Acordo de Basileia:

- Carteira de negociação (*Trading*);
- Carteira bancária (*Banking*).

Atrelado a essas classificações, o BANESTES realiza a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

A exposição ao risco de mercado do conglomerado e de suas empresas subsidiárias é avaliada continuamente, segregada e/ou conjuntamente, visando a mantê-la em níveis considerados aceitáveis.

Quadro de Análise de Sensibilidade

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 31/12/2025.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa prefixada de juros	(1.691)	(40.211)	(76.912)
Índices de Preços	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Moedas	(18)	(461)	(923)
Fundos	(4.809)	(120.216)	(240.433)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

A carteira considerada na análise de sensibilidade, sujeita ao risco de mercado, incluindo posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*), é composta por títulos públicos, títulos privados,

moedas estrangeiras e fundos de investimento.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O gerenciamento de capital do BANESTES engloba todas as instituições que fazem parte do conglomerado prudencial, abrangendo o BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e a BANESTES DTVM - BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A estrutura de gerenciamento de capital é composta pelos seguintes itens:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de 03 anos;
- Plano de contingência de capital;
- Avaliação da adequação do capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos.

O BANESTES adota o modelo Padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (*Risk Weighted Assets*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de Crédito, Mercado, Operacional e serviços de pagamentos, definidas pelo órgão regulador nacional.

O requerimento mínimo de PR para fazer face aos riscos é composto por:

a) o valor da parcela de Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, sendo composta pelo somatório das parcelas de risco de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD), operacional (RWAOPAD) e de serviços de pagamento (RWAsp), multiplicado pelo fator "F", com o valor de 8%;

b) o valor de PR mantido para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB).

O gerenciamento de riscos e de capital é de responsabilidade de cada um dos colaboradores, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em normas internas e são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo compatíveis com a natureza das operações e complexidade dos serviços e produtos oferecidos pela Instituição. É de responsabilidade do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital - COGIC propor recomendações ao Conselho de Administração sobre as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

Além disto, cada Instituição do Conglomerado Prudencial é responsável pelo gerenciamento de seu capital, devendo repassar à Gerência de Análise de Riscos Integrados - GERIS as informações referentes aos riscos para consolidação e divulgação nos relatórios de acordo com as políticas internas do BANESTES. Tais relatórios contemplam, no mínimo, as seguintes informações:

- a) valor apurado de PR;
- b) valores apurados das parcelas de RWA e IRRBB;
- c) informações analíticas relativas aos riscos de crédito, de mercado e operacional;
- d) informações das projeções e acompanhamento do orçamento;
- e) informações e análises dos testes de estresse;
- f) informações e análises de cálculo de validação (*backtesting*).

A GERIS - Gerência de Análises de Riscos Integrados efetua o monitoramento mensal dos indicadores conforme Plano de Capital, além de produzir relatórios gerenciais tempestivos para envio ao COLED, COGIC e CONSE versando sobre eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital, ações para corrigi-las, e adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

O Plano de Contingência de Capital deve ser executado quando o Índice de Basileia - IB não estiver em conformidade com a tolerância ao risco indicada na RAS mediante acionamento do Colegiado da Diretoria - COLED do BANESTES e Conselho de Administração - CONSE, para adoção de medidas visando o aumento do capital mantido pela Instituição e/ou redução dos riscos, no qual essa decisão deve levar em consideração as condições de mercado e outras variáveis que julgarem necessárias.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Acordo de Compensação Financeira - O BANESTES tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução n.º 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão. O BANESTES possuía em 31/12/2025 o valor de R\$ 222.242 em instrumentos vinculados aos acordos de compensação com o Sicredi e o Safra.

b. Receitas de Prestação de Serviços

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Receitas de Prestação de Serviços	135.002	214.942
Administração de Fundos de Investimento	-	18.462
Rendas de Garantias Prestadas	361	361
Receitas de Corretagens de Câmbio	334	334
Anuidade de Cartões	17.130	17.130
Outras Tarifas de Cartões	226	226
Tarifa de Intercâmbio	64.606	64.606
Credenciamento	189	189
Tarifas de Arranjo	63	63
Pix	5.540	5.540
Outros Serviços Relac. a Transações de Pagamento	183	183
Cobrança	16.294	15.722
Serviços de Custódia e Transferência de Fundos	927	927
Rendas de Serviços Prestados a Ligadas	10.033	-
Receita com Comissões em Comercialização e Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização	-	51.489
Outros Serviços	19.116	39.710
Rendas de Tarifas Bancárias	170.513	170.492
Pacote de Serviços- Pessoas Físicas	91.736	91.736
Tarifas de Serviços Prioritários	11.465	11.465
Tarifas de Serviços Diferenciados	421	421
Tarifas de Serviços Especiais	2.483	2.483
Pacote de Serviços- Pessoas Jurídicas	23.314	23.314
Outras Rendas de Tarifas Bancárias	41.094	41.073
Total de Receita de Prestação de Serviços e de Rendas de Tarifas Bancárias	305.515	385.434

O valor líquido das rendas de Cartões frente aos programas de fidelidade é de R\$ 63.948.

c. Outras Receitas Operacionais

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Reversão de Provisão Fiscais	788	1.013
Atualização Monetária de Dep. Judiciais	13.244	13.763
Outras Receitas de Operações de Seguros	-	1.130
Variações Cambiais Ativas	1.031	1.031
Variações Monetárias Ativas	-	60
Recuperação de Encargos e Despesas	3.666	3.666
Reversão de Provisão - Trabalhistas	-	16
Reversão de Provisões Recursos Humanos	2.554	2.898
Reversão de Provisões Operacionais não Relacionadas ao Risco de Crédito	5.027	5.027
Reversão de Provisão - Outras	4.808	4.808
Reversão de Provisão - Cont. Cível	6.859	7.235
Direito de Balcão	-	450
Outras Rendas Operacionais	648	972
Total	38.625	42.069

d. Despesas de Pessoal

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Honorários - Conselheiros (Adm. e Fiscal) e Diretoria	(5.780)	(11.223)
Proventos	(280.210)	(297.712)
Benefícios	(63.434)	(67.321)
Encargos Sociais	(123.747)	(130.389)
Treinamento	(4.241)	(4.673)
Remuneração de Estagiários	(16.544)	(18.520)
Total	(493.956)	(529.838)

e. Outras Despesas Administrativas

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Depreciação e Amortização	(119.346)	(122.506)
Despesa Financeira de Arrendamento	(8.836)	(9.457)
Serviços de Terceiros	(30.985)	(42.609)
Serviços Técnicos Especializados	(70.658)	(74.295)
Processamento de Dados	(58.639)	(59.770)
Aluguéis	(1.908)	(1.976)
Manutenção e Conservação de Bens	(24.703)	(25.052)
Serviços de Vigilância e Segurança	(25.577)	(25.934)
Transporte	(11.009)	(11.407)
Comunicações	(12.895)	(13.101)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.807)	(5.975)
Propaganda e Publicidade	(18.833)	(19.807)
Promoções e Relações Públicas	(17.683)	(18.100)
Água, Energia e Gás	(5.946)	(6.179)
Contribuições a Entidades Associativas	(3.983)	(4.031)
Material	(2.447)	(2.530)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(3.524)	(3.558)
Viagem no País	(1.618)	(1.859)
Publicações	(794)	(1.055)
Contribuições Filantrópicas	(3.530)	(3.533)
Seguros	(465)	(300)
Outras	(4.404)	(8.342)
Total	(433.590)	(461.376)

f. Despesas Tributárias

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Contribuição a COFINS	(69.691)	(91.136)
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(15.270)	(19.562)
Contribuição ao PIS/PASEP	(11.325)	(15.289)
IPTU/ITBI	(1.391)	(1.402)
Outras	(461)	(583)
Total	(98.138)	(127.972)

g. Provisões para Contingências e Outras Despesas Operacionais

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Provisões para Contingências	(31.575)	(38.939)
Contingências Fiscais	(2.551)	(7.877)
Contingências Trabalhistas	(17.334)	(17.641)
Contingências Cíveis	(11.690)	(13.421)
Outras Despesas Operacionais	(115.803)	(170.646)
Despesas Operacionais com Cartão de Crédito	(58.917)	(58.917)
Despesas com Angariações de Seguros	-	(29.536)
Ressarcimento de Custos	(6.192)	(6.192)
Banco 24 Horas - Tecnologia Bancária	(4.553)	(4.553)
Despesas c/ Serviços Associados a Trans. Pagamento	(771)	(771)
Operações de Crédito - Desc. Concedidos em Renegociações	(17.340)	(17.340)
Tarifas Diversas	(15.892)	(15.905)
Demais Despesas com Operações de Seguros	-	(18.210)
Variações Cambiais Passivas	(60)	(60)
Variações Monetárias Passivas	(3.121)	(3.121)
Despesas com Inspeção de Riscos	-	(182)
Portabilidade - Ressarc. Custo de Originação	(1.078)	(1.078)
Despesas com Processos Cíveis	(459)	(459)
Despesas de Cobrança - Seguros	-	(13)
Despesas com Processos - Recursos Humanos	(2)	(2)
Encargos Sociais - INSS - Proc. Trabalhistas	(738)	(738)
Outras Despesas Operacionais	(6.680)	(13.569)
Total de Provisão para Contingências e Outras Despesas Operacionais	(147.378)	(209.585)

h. Resultado Não Operacional

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Receitas não Operacionais	5.906	6.663
Ganhos de Capital	2.086	2.086
Lucros na Alienação de Valores e Bens	2.410	2.410
Reversão de Provisões não Operac. - Outras	305	305
Rendas de Aluguéis	167	924
Outras Rendas não Operacionais - Outras	938	938
Despesas não Operacionais	(1.845)	(1.936)
Despesas de Provisões não Operac. - Outras	(55)	(55)
Despesas de Provisões não Operac. - Desvalorização de Ativo não Fin. Mantido p/Venda - Recebidos	(52)	(52)
Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	(25)	(25)
Outras Despesas não Operacionais	(1.713)	(1.804)
Resultado não Operacional	4.061	4.727

i. Resultado com Resseguro

	Banestes Consolidado
	31/12/2025
Resultado com Resseguro	(175)
Receitas com Resseguro	(175)
Indenizações de Sinistros	106
Variação com IBNR	(281)

j. Administração de Fundos de Investimentos - O Sistema Financeiro BANESTES gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimentos de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimentos em favor dos investidores. As Demonstrações Financeiras desses fundos não estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A. O patrimônio líquido de cada fundo está apresentado a seguir:

Fundos	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	8.626
FUNSES FIC FIM	935.536
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.913
Banestes Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.145.075
Banestes Adm.Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	12.275
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes FIF Soberano Simples	107.327
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes Synergy	6.274
Total	10.092.056

k. Resultados Recorrentes / Não recorrentes

No exercício de 2025, não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

l. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela

Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 23 de fevereiro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 23 de fevereiro de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Marcos Travaglia
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Sílvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Mário Zan Barros (Coordenador)
José Roberto Macedo Fontes

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes" ou "Banco"), identificadas como Banestes Múltiplo e Banestes Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.b - I às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 2.b - I, 3(d) e 8(c) e (g) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966 (“Resolução”), que atualizou, de forma prospectiva, as diretrizes contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, representando uma mudança fundamental na forma como esses instrumentos são classificados, mensurados e avaliados quanto à perda esperada associada ao risco de crédito, conforme detalhado nas notas explicativas nº 2.b - I e 3(d). Entre as principais alterações decorrentes da adoção da Resolução, o modelo de apuração e cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito do Banco foi alterado para considerar as perdas esperadas, em substituição ao modelo de provisões baseado em percentuais por níveis de risco. Conforme descrito nas notas explicativas nº 8(c) e (g), em 31 de dezembro de 2025, o Banestes possui o montante de R\$ 501.468 mil de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito. Devido à relevância das operações de crédito para o Banestes e à incerteza significativa envolvida na mensuração da provisão para perdas esperadas – principalmente em razão da complexidade dos modelos e da subjetividade e precisão das premissas utilizadas – consideramos este um dos principais assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - no contexto da adoção da Resolução, avaliamos as práticas adotadas pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, especialmente no tocante aos modelos desenvolvidos para mensuração da provisão para perdas esperadas e aderência aos requisitos da Resolução, que incluiu o auxílio dos nossos especialistas; - avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito; - avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados; - recálculo da provisão para perdas esperadas das operações de crédito; - avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e - avaliação das divulgações efetuadas nas

	demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.
Mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais	
Conforme Notas Explicativas nº 3(q) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos montantes de R\$170.239 mil e R\$ 178.665 mil, respectivamente. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial. Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; - obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; - avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; - avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos montantes provisionados; e - avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes, bem como ajustes que afetariam a mensuração das provisões, os quais não foram registrados e divulgados pela Administração por terem sido considerados imateriais. Em função disso, ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em

conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banestes, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banestes. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Banestes, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 23 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

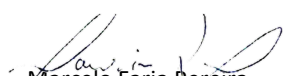
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo foi instalado em março de 2010 pelo Conselho de Administração, e está em conformidade com a Resolução n.º 4.910, de 27/05/2021, do Conselho Monetário Nacional e Estatuto Social do Banestes (disponível no site <http://www.banestes.com.br/ri>), sendo que a partir de agosto de 2014 suas atividades se estenderam à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução n.º 432/2021 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Competências - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração, e desempenha as suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A composição do Comitê de Auditoria é formada por três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, composto pelos Senhores Mario Zan Barros (coordenador), Christiano Santos Corrêa e José Roberto Macedo Fontes.

O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela integridade e qualidade das Demonstrações Financeiras do Banestes e de suas controladas; eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras das empresas que compõem o Sistema Financeiro Banestes e pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e a toda Legislação aplicável, e tem proporcionado livre acesso do Comitê de Auditoria às áreas do Banco, mantendo um canal de comunicação efetivo com o Comitê de Auditoria.

Atividades exercidas no período - o Comitê de Auditoria realizou 29 (vinte e nove) reuniões, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias e 17 (dezessete) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões previamente agendadas no início do exercício, para cumprimento de suas obrigações. Das 29 (vinte e nove) reuniões, 15 (quinze) foram realizadas no primeiro semestre, sendo 6 (seis) reuniões ordinárias e 9 (nove) extraordinárias; e 14 (quatorze) reuniões no segundo semestre, sendo 6 (seis) reuniões ordinárias e 8 (oito) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, para o cumprimento de suas obrigações regimentais, estatutárias e demais normativos legais, com destaque para as seguintes atividades:

- Conhecimento das perspectivas do Banestes e das estratégias da Diretoria quanto às políticas gerais e de

controles internos da instituição;

- Aprovação e acompanhamento do Plano da Auditoria Interna: sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pelo Conselho da Administração;
- Conhecimento do teor das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes, realizadas entre 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025;
- Conhecimento e acompanhamento do plano de implementação da Instituição referente à Resolução CMN n.º 4.966/2021;
- Acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos e auditores independentes;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- Recebimento a análise das manifestações feitas pelo canal de denúncias e da Ouvidoria e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética.

Os assuntos tratados nas reuniões do Comitê de Auditoria foram registrados em Atas, que estão arquivadas à disposição do Conselho de Administração do Banestes e do Banco Central do Brasil e fazem parte deste relatório, em sua versão completa.

Sistemas de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos - A Diretoria responsável pela área de riscos e controle tem como principais funções as atividades de controle interno, gerenciamento de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, e pela disseminação da cultura de gestão de riscos e controle na Instituição. O monitoramento de risco operacional e a avaliação da efetividade dos controles internos são desenvolvidos com o objetivo de manter o ambiente de controle interno, dentro dos padrões estabelecidos. O Comitê de Auditoria acompanha as suas atividades por meio de reuniões e relatórios e tem recomendado uma ampliação dos processos de gestão de riscos, avaliação e melhoria dos controles internos, adequada ao porte e à complexidade dos negócios do Banestes, especialmente no que diz respeito aos processos que envolvem a área de Tecnologia da Informação (TI). O Comitê de Auditoria também entende que as atividades que se relacionam à política de crédito do Banco, incluindo os seus controles, devem merecer atenção especial dos gestores e contar com apoio efetivo dos sistemas de informática.

Auditoria Interna - O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna durante o exercício de 2025 para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, bem como para o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria e conhecimento dos trabalhos realizados e eventuais anomalias identificadas. É responsabilidade da Auditoria Interna comunicar ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração eventuais deficiências que possam comprometer a efetividade dos controles internos do Banestes e/ou a qualidade de suas demonstrações financeiras. Os relatórios da Auditoria Interna, no período, não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade tivesse colocado em risco, de forma irreversível, a continuidade dos negócios do Sistema Financeiro Banestes. Os

assuntos levantados pela Auditoria Interna sobre melhorias no ambiente de controle interno são discutidos com os gestores e diretores responsáveis com o objetivo de regularização e, nos casos mais relevantes, o Comitê de Auditoria atua junto ao Diretor responsável para aprimoramento e fortalecimento dos controles internos. O Comitê de Auditoria também avaliou a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024 e solicitou a inclusão de algumas ações sobre temas considerados relevantes.

Ouvidoria Geral - O Comitê de Auditoria realizou reuniões com o Gerente da Ouvidoria Geral e recebeu os relatórios quantitativos e qualitativos acerca da atuação da Ouvidoria do Banestes, referentes ao ano de 2025, sem que houvesse necessidade de encaminhamento de proposições ao Conselho de Administração.

Auditoria Externa - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras semestrais e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais no exercício de 2025.

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda. no ano de 2025 e avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores, tanto em relação ao volume e a qualidade das informações fornecidas, quanto ao teor do seu relatório, com o qual concorda, foram satisfatórios. Além disso, o Comitê não recebeu informações que evidenciassem fatos que pudessem comprometer a independência dos auditores externos. Por sua vez, os Auditores Independentes confirmaram a manutenção de uma adequada política de independência e que, no desempenho de suas atividades de auditoria no Sistema Financeiro Banestes (SFB), não ocorreram situações que pudessem afetar essa independência. Na conclusão dos trabalhos de auditoria não foram apontadas falhas materiais no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas Internas, cuja gravidade pudesse comprometer a continuidade dos negócios do SFB.

Demonstrações Financeiras - O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios financeiros e relatório da administração com data base em 31/12/2025, tendo ainda, realizado reuniões com os responsáveis pela elaboração de tais documentos e com os auditores independentes, para informações e esclarecimentos adicionais. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo Banestes na elaboração de demonstrações financeiras, não tendo sido constatados fatos ou diferenças que pudessem influenciar, de forma material, a situação econômica e financeira da Instituição.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes DTVM), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda. (Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas. O Comitê tem recomendado a ampliação das ações que visam à redução de processos manuais e à integração de sistemas na Banestes Seguros S.A.

Foi verificado também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes DTVM.

Recomendações - Com base em análises de assuntos discutidos em reuniões e em relatórios e/ou informações obtidas nas diversas áreas do Sistema Financeiro Banestes e Auditoria Externa, o Comitê tem recomendado ao Conselho de Administração do Banestes, a adoção de medidas para aprimorar as atividades relacionadas à mitigação de riscos, especialmente os riscos envolvendo a área de TI, a gestão do crédito, o fortalecimento dos controles internos e a melhoria dos sistemas informatizados.

Conclusão - O Comitê de Auditoria do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras.

Além disso, foram procedidas às análises das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, as Demonstrações Financeira Padronizadas - DFP, o Relatório do Conglomerado Prudencial do 2º semestre de 2025, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e considerando as informações prestadas pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Vitória (ES), 23 de fevereiro de 2026.

Mário Zan Barros
Coordenador

Christiano Santos Corrêa

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 23 de fevereiro de 2026.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira